

Debate Sindical

ENTREVISTA

A explosão da
revolta popular
na Argentina

POLÊMICA

Acordo da Volks
foi uma vitória
dos metalúrgicos?

HISTÓRIA

80 anos da ação
dos comunistas
no sindicalismo



O retrocesso do trabalho escravo

Campanha salarial ao pé da letra

regiões petrolíferas, penetra nas caldeiras quentes a fim de consertá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petróleo para os apagar.

salamanta. S. f. Bras. Reptil ofídico, boídeo (*Epicrates cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas negras oclares nos flancos e comprimento de até 2 m. Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.: *guaçubóia*, *jibóia-vermelha*.]

salame¹. S. m. Enchido (3) de origem italiana feito de carne de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta em grãos, e que se come frio.

salame². S. m. Salamaleque.

salaminho. S. m. Variedade de salame¹ acondicionado em tripa fina e curta.

salão¹. S. m. 1. Grande sala. 2. Exposição periódica ou anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de novos modelos de diversas indústrias, etc. 3. Certo tipo de estabelecimento comercial aberto ao público. 4. Fig. Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais, etc. 5. Bras. Barbearia (1) ou cabeleireiro (2).

salão². S. m. 1. Terreno arenoso ou barrento; solão. 2. Fundo arenoso cheio de limo. 3. Bras. Terreno impermeável por causa de uma camada pedregosa.

salarial. Adj. 2 g. Bras. Relativo a salário.

salário. S. m. 1. Remuneração, normalmente em dinheiro, devida pelo empregador, em face do serviço do empregado. 2. Restr. Remuneração do trabalho prestado por operários horistas ou diaristas. 3. Recompensa de serviços. 4. Salário mínimo. ♦ **Salário mínimo**. Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

impulsionada.

campainhar (a-i). V. int. Fazer soar campainha.

campal. Adj. 2 g. 1. Pertencente ou relativo ao campo. 2. Diz-se da batalha travada em campo raso. ♦ S. m. 3. Bras., MT. Trecho de campo situado no meio do mato.

campana. S. f. 1. Sino, campainha. 2. Luva (4) de manilha, formato de um sino invertido.

campanado. Adj. V. Campanuláceo (1).

campanário. S. m. 1. Parte aberta da torre de igreja, onde estão os sinos. 2. Torre de sinos. 3. P. ext. A freguesia, a aldeia dotada de igreja com campanário.

campanha. S. f. 1. Campo (2) extenso; planície. 2. Mil. Série de operações militares que visam à consecução de um objetivo definido, em determinada época, numa mesma área geográfica. 3. Mil. Conjunto de operações militares que constituem uma fase distinta de determinada guerra. 4. P. ext. Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado.

campaniforme. Adj. 2 g. V. campanuláceo (1).

campanil. S. m. Liga metálica própria para sinos.

campanólogo. S. m. Aquele que toca peças de música em sinos, campainhas ou copos afinados.

campanudo. Adj. 1. Que tem forma de campa. 2. Fig. Pomposo, enfático, bombástico.

campânula. S. f. 1. Qualquer objeto em forma de sino.

Espécie de redoma usada para isolar...

Com a
Século
sua campanha
ganha
Força e
sai do
Papel.

Século Comunicação Integrada

Telefone: (0--11) 3644-6928 - Fax: (0--11) 3641-8530

Internet: www.seculonet.com.br - Endereço eletrônico: seculo@seculonet.com.br

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa



Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (11) 289-1496 www.ces.org.br Correio eletrônico: ces@ces.org.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianeí Martins

Wagner Gomes

Projeto original:

Caco Bisol

Edição de fotos:

Jesus Carlos/Imagenlatina

Charges:

Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves



- 4 **FHC e Força Sindical colhem desgaste na CLT**
ALTAMIRO BORGES
- 7 **A explosão da revolta popular na Argentina**
ENTREVISTA: VICTOR MENDIBIL E JULIO GAMBINA
- 11 **Pobreza e violência: o saldo do neoliberalismo**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12 **Os avanços do Fórum Social Mundial**
GUIOMAR PRATES
- 16 **Desafios do sindicalismo classista nas Américas**
CARTA DE PORTO ALEGRE
- 18 **A juventude e o movimento sindical**
MARCOS EMILIO
- 21 **O acordo da Volks foi uma vitória?**
POLÊMICA: MÁRIO BARBOSA E MELÃO MONTEIRO
- 26 **A interferência indevida do TST nas eleições**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 27 **O retrocesso do trabalho escravo**
CLÁUDIO GONZALEZ
- 32 **Dilemas da CUT frente à ofensiva neoliberal**
ANDRÉIA GALVÃO
- 36 **O sindicalismo e a injustiça de Saramago**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 37 **A Alca e a crise ambiental planetária**
PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA
- 41 **O encontro hemisférico contra a Alca**
HELIFAX PINTO DE SOUZA
- 43 **A Venezuela sob fogo cerrado**
ORLANDO SILVA JR.
- 45 **Exploração e luta de classes no mundo**
NOTAS INTERNACIONAIS
- 46 **80 anos da ação dos comunistas nos sindicatos**
AUGUSTO BUONICORE
- 50 **A estratégia política da Força Sindical**
PATRÍCIA TRÓPIA
- 54 **Resenhas de livros**
- 57 **Dicas de filmes e Internet**
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 58 **Não existe latifúndio sem a violência**
OPINIÃO: DOM TOMAS BALDUINO

Desgaste de FHC e da Força Sindical na batalha da CLT

Segundo várias fontes, FHC deve retirar o regime de urgência na votação do projeto que golpeia de morte a CLT; mesmo assim, escaldada, a CUT reforça a mobilização para a greve nacional

ALTAMIRO BORGES

Bem que o governo se empenhou ao máximo para aprovar no Senado Federal o projeto de lei 5.483, que anula os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis de Trabalho ao impor que “o negociado prevaleça sobre o legislado”. Além de solicitar o regime de urgência na votação, bloqueando toda a pauta legislativa, de ameaçar os dissidentes da base governista e de anunciar a liberação de verbas para seduzir os mais fisiológicos, FHC ainda investiu verbas públicas na propaganda mentirosa da “reforma da CLT”.

Utilizando-se do serviço venal de seus garotos propaganda – Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, e Enilson Simões, da raquítica Social-Democracia Sindical –, o governo publicou anúncios em 54 jornais do país e fez inserções na TV e

nas cadeias nacionais de rádio. Segundo cálculos das agências de publicidade, o custo médio de uma campanha deste porte é de R\$ 2,5 milhões. Tamanho descalabro levou a CUT e os partidos de oposição (PT e PCdoB) a entrarem na Justiça para apurar desvio de verbas.

“É imoral uma central se prestar a esse serviço. Só mostra que perdeu a sua autonomia”, comentou João Felício, presidente da CUT. “É inadmissível que numa democracia o governo, no desejo de aprovar um projeto antipopular, use de recursos públicos para promover apenas um lado da questão e divulgue sindicalistas que sabidamente são pretendentes a cargos eletivos em outubro”, explicou Ricardo Berzoini, deputado federal do PT e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Apesar de toda esta ofensiva, o governo esbarrou em resistências e também nas chamadas casualidades da história. A eclosão da grave crise no bloco governista, com as baixarias entre os presidenciáveis José Serra e Roseana Sarney, colocou em risco a votação da CLT. O próprio PFL, que abandonou o barco à deriva após quase oito anos de convívio promíscuo no poder, ameaçou votar contra. Também a votação da prorrogação da CPMF (o imposto do cheque) criou novos obstáculos. “Neste momento, a CPMF é mais urgente do que a CLT”, afirmou o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB/J).

Retirado o regime de urgência, cujo prazo vence em 28 de março, o projeto de lei 5.483 perde prioridade na votação. Segundo notícia da *Folha Online*, publicada em 4 de março, os senadores já “foram avisados informalmente de que o governo vai retirar o caráter de urgência na votação da proposta. Com isso, os prazos de tramitação se alongam e os lobbies contra e a favor se desarmam... ‘Não se vota mais a CLT neste ano. Se retirarem a urgência, o projeto pára’, prevê o senador Pedro Simon” (PMDB-RS).

“A LEI É BURRA”

A crise política das últimas semanas – detonada pela invasão da Polícia Federal no escritório do marido de Roseana Sarney;





Jesus Carlos

agravada pela convenção extraordinária do PMDB, na qual a ala oposicionista obteve o apoio de 50% dos convenionais do partido para a escolha de um candidato próprio à presidência da República; e tumultuada pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral de *verticalizar* as coligações – foi decisiva para enfraquecer a ofensiva pela aprovação da mudança na CLT. Mas isso só foi possível porque o projeto sofreu forte resistência e gerou enorme desgaste para FHC e seus fiéis aliados.

Já na primeira votação na Câmara dos Deputados, no final do ano passado, o governo sentiu o ônus desta iniciativa. O projeto foi aprovado, em 4 de dezembro, por uma diferença apertada (264 votos a favor e 213 contra), depois de três tentativas frustradas de votação, várias prorrogações e a insólita pane no painel eletrônico. Logo depois, com o aumento da pressão da sociedade (cartazes com fotos dos deputados que votaram contra os trabalhadores e visitas aos senadores), o Planalto passou a sofrer maiores deserções.

O PMDB fechou questão contra a reforma já na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se fosse mantida a unidade da bancada peemedebista no plenário, isto representaria a derrota do governo, já que este partido e a oposição teriam uma vantagem de

dois votos. O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, bateu duro. “A lei é burra. O governo submete o Congresso a uma exposição desnecessária”. Na ocasião, informou que a rejeição ao projeto teria inclusive alguns votos do PFL e do próprio PSDB.

Já o senador Ramez Tebet, presidente do Senado, solicitou uma segunda audiência com o presidente para explicar que “o congresso pode sair desgastado deste episódio”. E o senador gaúcho Pedro Simon decidiu encaminhar ao governo um pedido de retirada do caráter de urgência, que já contaria com assinaturas até de senadores do PFL, como Romeu Tuma e Bernardo Cabral.

RACHA NA FARSA SINDICAL

Previendo a derrota, o ministro Francisco Dornelles caiu no desespero. Sobre os gastos em publicidade, alegou que “é nossa obrigação rebater as mentiras ditas sobre o projeto”. Mas, num cinismo deslavado, afirmou que “as grandes centrais apóiam a mudança”. Isto quando a imprensa já havia divulgado que a CUT, CGT, CGTB, USI, CAT, as principais confederações nacionais e até mesmo dissidentes *forcistas* estavam contra o projeto. Numa palestra na Firjan (federação dos industriais do Rio de Janeiro), Dornelles chegou a

BRASIL

SERRA, O PRESIDENGUE

Segundo dados extraídos do próprio Siafi (sistema de controle de gastos da União), nos últimos cinco anos o governo reduziu em 71,5% as verbas destinadas à erradicação da dengue. Além disso, demitiu 5.792 agentes de combate a endemias no Rio de Janeiro. Estas seriam as causas da atual epidemia, que registrou até fevereiro 55 mil casos e 22 mortes. Como brinca o colunista José Simão, o “presidengue” José Serra, ex-ministro da Saúde, deve uma satisfação à sociedade.

FHC, O VENDE-PÁTRIA

Recente pesquisa do Instituto de Economia da UFRJ confirma que FHC entrará para a história como o maior vende-pátria da história. Ele acelerou o processo de desnacionalização da economia: na indústria básica (petróleo, siderurgia, petroquímica, etc.), a participação estrangeira saltou de 21,2%, em 1991, para 33,1%, em 1999; na indústria tradicional (bebidas, têxtil, etc.), foi de 36,5% para 48,5%; já na indústria difusora de tecnologia (aeronáutica, automobilística, eletroeletrônica, etc.), pulou de 60,3% para 86,9%. Outro destaque ocorreu no setor financeiro, com a invasão dos bancos estrangeiros (de 8% para 21,3%).

FORA KISSINGER

Valeu a pressão da sociedade! O ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, cancelou sua visita ao Brasil, em março, para receber do submisso FHC a Ordem do Cruzeiro do Sul. O fascista foi mentor da Operação Condor, acordo clandestino de cooperação entre as ditaduras militares do continente. Juizes da Argentina, Chile, Espanha e França exigem sua detenção para que seja interrogado por seus crimes.

QUEDA DA RENDA

Segundo pesquisa do IBGE, os trabalhadores brasileiros amargaram em 2001 o quarto ano consecutivo de queda do salário médio real. O rendimento, já descontada a inflação, encolheu 3,9%, resultando na perda acumulada de 10,8% desde 1998. Os empregados com carteira assinada foram as maiores vítimas (queda de 4,9%); os por conta própria tiveram perda de 1,4%. Para piorar, o desemprego cresceu de 5,6%, em dezembro, para 6,8% em janeiro – o maior índice desde maio do ano passado. Já o tempo médio de procura por trabalho aumentou de 21,5 semanas, em janeiro de 2000, para 24 semanas no ano passado.

SEM-TERRA PRESO

Desde 28 de janeiro, o governo de São Paulo mantém presos quatro sem-terra da região de Iaras. Sem mandados de busca e prisão, a PM invadiu o acampamento Nova Canudos munida de lista com nomes de líderes rurais. O lavrador Gonçalo Laurindo foi torturado e ameaçado de morte. A luta na região é antiga. O MST atua desde 1995 e já conseguiu assentar 54 famílias; outras 500 estão acampadas. Mais de 150 hectares de terras do Estado são exploradas ilegalmente por empresas de extração de madeira.

MORTES NA PETROBRÁS

A Organização Internacional do Trabalho divulgou, em fevereiro, relatório sobre os acidentes na Petrobrás. Desde 2000, eles causaram 99 mortes, sendo 81 delas de funcionários terceirizados. Segundo a Federação Nacional dos Petroleiros (FUP), as péssimas condições de trabalho destes empregados, que ganham salários menores e nem sequer recebem treinamento adequado, explicam o alto índice de acidentes.



implorar para que os empresários realizassem uma “vigília cívica” em sua defesa.

Mas não foi só o governo que saiu chamuscado deste episódio. O presidente da *Farsa Sindical*, vulgo Paulinho, também foi duramente questionado na sua base. A Federação dos Gráficos de São Paulo, que representa 18 sindicatos e 90 mil trabalhadores, pediu desfiliação da central. Já a Federação dos Trabalhadores em Papel e Papelão de São Paulo, com 28 sindicatos e 80 mil trabalhadores, também informou que analisaria a hipótese de saída. Seu presidente, Osano Pereira, ironizou a participação do garoto propaganda Paulinho na TV. “Não se pode ficar gastando dinheiro público com uma coisa dessas”.

Até o presidente da central em São Paulo, Francisco de Souza, ligado ao PPS, manifestou-se contra. “Mas não posso fazer nada”, disse, temeroso. Na prática, a FS e a minúscula Social Democracia Sindical (SDS) ficaram totalmente isoladas. Prova disto é que o III Congresso Internacional de Direito do Trabalho, que reuniu mais de 700 juristas no final de fevereiro, aprovou forte resolução contra a reforma da CLT. “Com a entrada em vigor da política do ‘negociado prevalece sobre o legislado’, os direitos dos trabalhadores serão suprimidos, restando-lhes apenas deveres, enquanto os empregadores é que terão mais direitos e menos deveres”, explicou Paulo Régis Botelho, o presidente da

Associação dos Magistrados do Trabalho.

GREVE NACIONAL

Todo este processo de desgaste do governo e de seus aliados, entretanto, não amainou os preparativos da greve nacional marcada para 21 de março. Ela foi aprovada numa “plenária sindical e popular”, realizada pela CUT e outras entidades, na abertura do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O evento também aprovou a realização de marchas e piquetes, uma experiência importada dos protestos na Argentina.

Segundo Pascoal Carneiro, membro da executiva nacional da CUT, apesar do cenário de defensiva da luta dos trabalhadores, a proposta do protesto nacional ganhou impulso. Ele cita várias plenárias nos Estados, como em Minas Gerais, que reuniu 700 lideranças, e na Bahia; os milhares de cartazes com as fotos dos deputados “inimigos do trabalhador”; e a decisão do congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que aprovou por unanimidade a greve “O acordo entre a Força Sindical e a Caterpillar, parcelando a concessão de férias e abrindo mão de outros benefícios, é uma amostra prévia do que se pretende com a reforma da CLT. Só com muita luta é que evitaremos este golpe”.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES) e editor da revista *Debate Sindical*.
Correio eletrônico: aaborge@attglobal.net

“A Argentina vive um quadro de explosão da revolta popular”



A cada dia que passa, a situação da Argentina é de maior instabilidade e tensão. Após a queda do presidente Fernando de la Rúa, em dezembro, e de outros três sucessores de curta duração, o novo governo de Eduardo Duhalde não conseguiu conter o descarrilamento da economia e nem superar os impasses políticos. Enquanto isto, assalariados, desempregados e até setores médios da sociedade realizam manifestações quase

diárias em todo o país. Para entender o que ocorre na nação vizinha e quais as perspectivas futuras, a *Debate Sindical* entrevistou um dos principais líderes sindicais do país, Victor Mendibil, dirigente da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), e o conceituado intelectual Julio Gambina, diretor do Centro de Estudos do Judiciário da Argentina e do Instituto de Estudos da CTA

“A Argentina era tida como a melhor aluna do FMI, mas sua política fracassou e

Debate Sindical: Como vocês avaliam a atual situação da Argentina?

Julio Gambina: Vivemos uma grave crise econômica, política e social, que gerou uma verdadeira crise de governabilidade. As coisas na Argentina ocorrem de forma acelerada. Hoje a situação é diferente dos primeiros dias de dezembro de 2001, que levaram à queda de Fernando de la Rúa. O fato mais relevante é a mobilização popular, que superou todas as expectativas. Esse quadro gera melhores condições para forjar propostas alternativas, de superação do neoliberalismo, mas a realidade ainda é muito instável.

O que houve neste curto período foi a falência da política neoliberal. A Argentina era tida como a melhor aluna do Consenso de Washington, do FMI, e essa política fracassou. O novo governo não possui solução integral para enfrentar a crise. Ao sair da conversibilidade entre o dólar e o peso, praticada há 11 anos, ele penalizou ainda mais os trabalhadores. A sociedade sofre o impacto do aumento dos preços, decorrente da desvalorização do peso, e do desemprego. O que está em disputa é qual o projeto de futuro para o país.

Ocorre que a crise não é só econômica. Ela tem fortes elementos políticos. Extinta a conversibilidade, os grupos econômicos pressionam o governo para preservar os seus privilégios. A pressão parte dos bancos estrangeiros, das corporações transnacionais que dominam os serviços privatizados e, principalmente, dos EUA. O FMI exige que o país continue aplicando o ajuste fiscal, que vai

deteriorar ainda mais os gastos nas áreas sociais. Isto para criar condições para a retomada do pagamento da dívida, que sofreu moratória. Além de asfixiar as províncias argentinas, o FMI quer iniciar as chamadas reformas de segunda geração: privatizar o que sobra das empresas públicas e avançar no desmonte do Estado.

O que dificulta extremamente essa orientação é a mobilização popular. Este é o dado novo, que emergiu com força em dezembro, mas que tem antecedentes históricos. Para não ir muito longe, reflete os 25 anos de resistência à ditadura militar e às políticas neoliberais. Nessa resistência, surgiu e se destacou a CTA.

Mas há também uma crise no sindicalismo argentino. Como ele se posiciona na atualidade?

Victor Mendibil: Para entender a situação atual do sindicalismo é preciso voltar ao período da ditadura militar, quando se instalou, a sangue e fogo, o modelo neoliberal, com Domingo Cavallo na presidência do Banco Central. As forças classistas foram dizimadas no meio sindical, com desaparecimentos, torturas e mortes. Ao mesmo tempo, houve a cooptação de líderes sindicais. O processo se consolidou no governo Menem, com a direção da CGT apoiando leis de flexibilização do trabalho e de liquidação da previdência.

O sindicalismo oficial virou um negócio lucrativo. Muitos sindicalistas tornaram-se gerentes de empresas privatizadas. A cúpula da CGT traiu descaradamente os trabalhadores. Defendeu, inclusive na TV, a

orientação neoliberal de Menem. Com o tempo, esses sindicalistas foram enriquecendo. Hoje eles vivem como os empresários, pensam como eles e, na verdade, viraram empresários. Essa é a triste realidade. Por isso um grupo de sindicalistas que não claudicou resolveu organizar a CTA, como forma de lutar pela verdadeira unidade dos trabalhadores.

A resistência sindical dos trabalhadores também foi dificultada pela destruição neoliberal. São 14 milhões de pobres, numa população de 35 milhões; o desemprego supera a casa dos 22%; diariamente morrem 100 crianças devido à fome. Tudo isto desestruturou a Argentina. Nossa luta é reprimida pelo governo e pelos empresários. Há mais de 1.800 lideranças sindicais sendo processadas penalmente, algumas presas. O movimento dos desempregados, que se organiza nos bairros, é duramente perseguido. Vários líderes foram condenados a cinco anos de prisão por se concentrarem nos supermercados exigindo comida.

Esse quadro explica a atual situação da Argentina e a própria explosão de revolta neste período. Explica também o crescimento do prestígio da CTA, que organizou a consulta popular, promoveu uma marcha de 40 quilômetros, encerrada na Praça de Maio com mais de 30 mil manifestantes, e participa ativamente do movimento dos piqueteiros, que bloqueia ruas de todo o país. O pacto dos grupos econômicos que dominou a Argentina por 25 anos se rompeu, o que tem favorecido o avanço da resistência popular.

levou o país a maior crise da história”

A imprensa mundial e brasileira procura passar a idéia de que esta explosão é espontânea, fora dos partidos e das organizações sindicais e sociais...

Julio Gambina: Essa é uma idéia falsa, incorporada até por setores de esquerda. Não há espontaneísmo nestas ações. Na verdade, há uma explosão da participação popular. Só para ilustrar, em 12 de dezembro houve uma greve geral convocada pelas centrais e o Victor fez o discurso principal da CTA exigindo mudanças na política econômica. Nos dias seguintes, 3 milhões de argentinos, quase 10% da população total, votaram numa consulta popular, que contou com 60 mil militantes coletando os votos durante quatro dias. Dois dias depois, em 19 de dezembro, ocorreu o levante social que derrubou o presidente. Quem acredita que tudo isto foi espontâneo está equivocado.

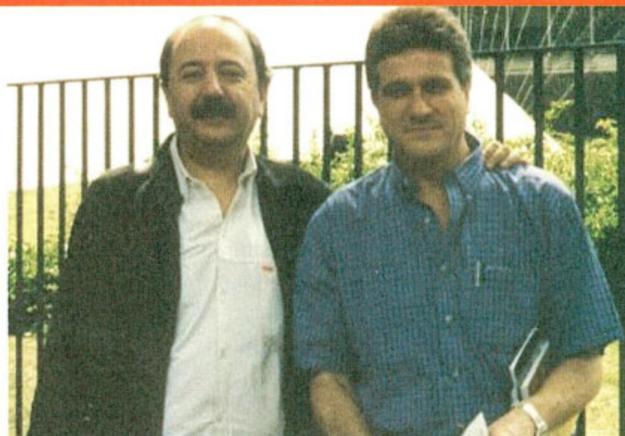
O que ocorre é que neste processo houve uma explosão de participação popular. As pessoas saíram às ruas com as suas famílias, se autoconvocaram para os protestos. Também ocorreu a repulsa enorme dos políticos tradicionais, dos que habitualmente aparecem na televisão. O líder da bancada governista, por exemplo, foi desaconselhado pelos moradores do seu bairro de classe média a não fazer mais seu cooper matinal no parque. Senadores, governadores e juízes da corte suprema são expulsos dos lugares públicos. Só os sindicalistas e deputados da esquerda é que continuam a caminhar tranqüilamente pelas ruas.

Victor Mendibil: A novidade é

que, aos mecanismos de mobilização tradicional, somaram-se os setores médios da sociedade não representados de maneira orgânica. Este setor

demorou mais para romper com o medo e superar o individualismo. Quando foi diretamente atingido, com o congelamento dos depósitos bancários, ele toma consciência e rompe com a indiferença. Antes, muitos se colocavam contra as nossas greves e os piquetes dos desempregados. Quando perceberam que seus filhos também não tinham mais futuro, os setores médios se somaram de forma explosiva às mobilizações de 19 de dezembro.

Eles foram à Praça de Maio exatamente para repudiar o decreto que impunha o estado de sítio. Eles se juntaram aos protestos dos setores organizados. No bairro onde fica a CTA, nós saímos em passeata com mais de mil vizinhos até a Casa Rosada; depois, na madrugada, fomos expulsos, baleados. Nestas grandes mobilizações, principalmente nos piquetes, as mulheres jogam papel decisivo, arrastando suas famílias. Já nas marchas posteriores, o que se observa é o aumento da solidariedade entre as vítimas do projeto neoliberal. Há poucos dias, uma marcha de piqueteiros tomou a Praça de Maio com o apoio de piquetes. Pessoas da classe média saíram às ruas para receber os manifestantes, aplaudindo, dando água, alimentos. Essa unidade ficou



■ Victor Mendibil e Julio Gambina

expressa numa canção: “Piquetes, panelas, a luta é uma só”.

Desta forma, está se produzindo uma síntese de dois setores sociais que não lutavam juntos há muito tempo. A classe média lutava por seus interesses imediatos e os desempregados reclamavam trabalho e salários. Agora, há um processo de união de setores distintos na luta contra o governo, o sistema financeiro e a política neoliberal. Esta integração inclusive apavora os que queriam confrontar o velho sindicalismo com estas novas formas de protestos. Afirmavam que o piquete não poderia conviver com os piqueteiros. Só que estes movimentos se integram e, o que é muito importante, a direção desse processo aos poucos passa para os setores organizados – incluindo a CTA. Isto é o que gera medo nas classes dominantes. Por isso, ela procura criminalizar os protestos, o que explica mais de 30 mortos em dezembro e muitos outros depois.

Julio Gambina: Penso que conseguimos uma coisa extraordinária neste período: romper com o medo que a ditadura havia deixado. E isto não ocorre apenas em Buenos Aires; atinge pequenas localidades no interior. O povo sai às ruas diariamente, protesta diante dos

bancos ou das casas de autoridades corruptas. Um marco desse processo é que surgiu uma nova forma organizativa, as assembleias de vizinhos.

Num primeiro momento, não havia identidade entre os participantes. Os vizinhos não se conheciam. Depois, passaram a se reconhecer e perceberam a presença de um vizinho que é da CTA, outro de uma organização de direitos humanos, outro do PC. Aos poucos, as assembleias aprovam resoluções, montam comissões de trabalho. Discutem os problemas da democracia, o peso do setor financeiro, o papel do Estado. Elas exigem a renúncia da Corte Suprema da Justiça, porque sempre se posiciona contra o povo.

Na assembleia que participo, um vizinho propôs fazer um levantamento dos moradores sem-teto e dos desempregados, com o objetivo de adotar medidas concretas de solidariedade. As assembleias de vizinhos vão ganhando identidade e se politizam cada vez mais. É um movimento que se confronta com o poder e, ao mesmo tempo, trabalha autonomamente por uma nova sociedade. Elas também ganham legitimidade. Há uma coordenação das assembleias de bairro que se reúne aos domingos num parque público, onde se concentram de 3 a 4 mil delegados, representando assembleias de 100 ou 200 vizinhos de cada bairro.

Esta participação popular cotidiana reforça a CTA e os partidos de esquerda. Na Argentina, sempre houve muita luta e hoje há mais resistência do que antes. Mas o problema é que a organização ainda é frágil. Faz muita falta um sólido movimento popular, principalmente em

“As assembleias de vizinhos se opõem ao poder e, ao mesmo tempo, trabalham de forma autônoma por uma nova sociedade”

momentos de crise no bloco dominante. A grande carência hoje é de uma alternativa política. E aqui me refiro aos partidos políticos. O movimento popular tem a sua dinâmica própria, uma rica pluralidade e diversidade. Mas não é alternativa de poder.

Quando falo em alternativa política não me refiro ao processo eleitoral, institucional. Até porque a instabilidade é tão grande que a qualquer momento podem ser convocadas novas eleições. Sem uma organização popular forte, com direção política clara, as eleições podem ser desordenadoras das lutas sociais. O desafio, então, é construir essa alternativa política, que por definição tem que ser plural. Não há nenhum partido na Argentina com suficiente prestígio para assumir a condução desse movimento.

Fratura nas classes dominantes e explosão do descontentamento popular... A Argentina está à beira de uma crise revolucionária?

Julio Gambina: O que ocorre na Argentina é a falência do sistema partidário tradicional e do modelo econômico que vingou durante 25 anos. Agora, o que vai surgir daí é o que estamos construindo, ainda está indefinido. O fundamental é garantir a participação democrática dos trabalhadores, com assembleias, discussões nos

bairros e nos locais de trabalho. É preciso romper com uma prática autoritária de buscar saídas sem o povo. Só com a ampla participação popular será possível evitar retrocessos.

E o presidente Eduardo Duhalde dura muito tempo ou terá o mesmo fim rápido dos quatro anteriores?

Victor Mendibil: Depende das suas opções políticas. Se aplica uma política favorável aos trabalhadores, os grupos econômicos vão sabotá-lo; já se mantém os privilégios destes grupos e segue as ordens do FMI, o povo vai tentar derrubá-lo. Vivemos uma situação de impasse. Pela história de Duhalde, ele vai apelar para a repressão indiscriminada contra o povo. O risco do autoritarismo é real. Daí o desafio de manter e elevar a participação e a politização popular.

Julio Gambina: A esquerda argentina ainda está muito fragmentada. Nas últimas eleições presidenciais, ela se apresentou com seis listas de candidatos. Sua votação cresceu, mas ainda é muito pequena. A organização de um novo bloco político, que unifique a esquerda social com a esquerda política e articule um projeto político integral, é o elemento decisivo na atual conjuntura. A esquerda e os setores populares estão diante de uma oportunidade histórica. Há um grande potencial de mudança na sociedade. Mas esta oportunidade depende da capacidade da esquerda de se apresentar como alternativa política.

Entrevista concedida ao jornalista Alhamiro Borges durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre

MARCIO POCHMANN



Pobreza e violência: o caldo neoliberal

A evolução do capitalismo no Brasil não esteve associada apenas ao engrandecimento das forças produtivas, mas também à manutenção de parcela significativa dos trabalhadores submetidos a condições de elevada pobreza. Em síntese: o país tornou-se ricamente pobre e pobremente rico, quando se avalia o formato da repartição da renda nacional.

Mesmo durante a fase de maior crescimento da riqueza nacional, ocorrida entre as décadas de 30 e 70, o empobrecimento de parcela de seu povo assumiu uma marca inquestionável. Mais recentemente, a partir das duas últimas décadas do século XX, quando a forte oscilação nas atividades econômicas resultou na estagnação da renda *per capita*, as condições de produção e reprodução da pobreza ganharam nova dimensão.

Em grande medida, o projeto neoliberal iniciado desde 1990 foi o principal indutor da permanência de um quadro de baixa dinâmica da economia nacional. Com isso, o desemprego e as ocupações precárias foram difundidas numa escala ainda desconhecida do brasileiro.

AUMENTO DA MISÉRIA

É claro que a propaganda oficial procurou esconder os

A repressão tem fôlego curto, já que não ataca as causas geradoras da violência

efeitos maléficos decorrentes da opção neoliberal, sugerindo que o combate à alta-inflação e a implementação de um novo modelo econômico direcionado à integração mundial fossem capazes de reverter a natureza da manifestação da pobreza. Mas como a mentira tem pernas curtas, conforme atesta o ditado popular, vieram à tona recentemente as informações sobre a evolução da pobreza provenientes do Censo Demográfico de 2000.

Em São Paulo, por exemplo, um dos municípios mais afetados negativamente pelo projeto neoliberal, a quantidade de chefes de domicílios pobres aumentou 19,7% no ano de 2000 em comparação com o ano de 1991, última data do Censo Demográfico. Pode-se dizer que, no ano de 2000, havia na cidade de São Paulo uma família pobre a

cada cinco. Tudo isso no município mais rico do país.

VIOLÊNCIA ASSOCIADA

Mais intrigante do que identificar a ampliação da pobreza na década de 90, representa a constatação de que simultaneamente verificou-se a elevação da violência. Justamente nos locais em que o avanço da pobreza foi maior, maiores foram os indicadores de crescimento da violência. Em certo sentido, pode-se entender que as condições de produção e reprodução da pobreza encontram-se associadas à violência.

Nesta toada, o projeto neoliberal não apenas transformou-se no promotor de mais pobres como o indutor de maior violência no Brasil. A repressão à violência, através do aparelho policial, representa uma resposta de fôlego curto, pois termina atuando sobre as conseqüências e não sobre suas causas geradoras.

Sem o retorno ao crescimento econômico sustentado, com uma política efetiva de geração ocupacional, fundada na melhor distribuição de renda, dificilmente poder-se-á combater efetivamente as causas geradoras de grande parte da violência no país. O enfrentamento da pobreza, da desigualdade e do desemprego abre uma nova perspectiva de inclusão social que o projeto neoliberal teima em negar. O que demonstra mesmo o neoliberalismo é a sua capacidade de engrossar o caldo da pobreza e da violência no Brasil.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP (licenciado) e Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura Municipal de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.org.br

O consenso construído

O Fórum Social Mundial (FSM) foi realizado pelo segundo ano consecutivo em Porto Alegre (RS) entre os dias 31 de janeiro a 5 de fevereiro. Mais de 50 mil pessoas, entre as quais 15.230 delegados de 131 países, participaram do evento que aconteceu simultaneamente e como resposta ao Fórum Econômico Mundial, reunido em Nova Iorque. Nesta edição, a *Debate Sindical* destaca alguns aspectos relacionados diretamente com o tema trabalho, dada a impossibilidade de registrar toda a riqueza dos debates durante o encontro

GUIOMAR PRATES

A segunda edição do Fórum Social Mundial reafirmou que “Um outro mundo é possível”. A diversidade, mais uma vez a marca do FSM, não impediu a busca de caminhos consensuais para a construção de um mundo melhor. Todos os setores que, de alguma forma, são afetados pelas políticas neoliberais estavam representados. Se por um lado o Fórum não produziu nenhum tipo de resolução, por outro indicou de forma praticamente



unânime a necessidade de romper com o neoliberalismo e construir um novo tipo de sociedade e de relações econômicas entre os países.

As conferências foram divididas em quatro grandes eixos: a produção de riquezas e a reprodução social; o acesso às riquezas e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; e o poder político e ética na nova sociedade. Afora as conferências oficiais,

Uma quantia quase três vezes menor que a dívida externa dos países pobres poderia acabar com a fome no planeta

foram realizadas centenas de seminários e oficinas e produzidos dois grandes consensos: a luta pela paz e contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). As

na diversidade



Jesus Carlos

passatas de abertura e de encerramento do Fórum tiveram esses temas como destaque.

DÍVIDA EXTERNA

A dívida externa dos países dependentes foi assunto tratado com atenção. Na conferência que debateu o tema, o belga Eric Toussaint, diretor do Comitê pela Anulação das Dívidas do Terceiro Mundo (CADTM), conclamou

os movimentos sociais a traçarem uma agenda comum para dar fim à dívida externa de US\$ 400 bilhões por ano dos países do Sul, com a realização de campanhas efetivas contra a dívida. Segundo ele, o exemplo da Argentina criou um momento propício para enfrentar a questão.

A dívida é um dos principais mecanismos que impedem o crescimento econômico. A insuspeita ONU (Organização das Nações Unidas) calcula que seria necessário gastar anualmente US\$ 80 bilhões durante os próximos dez anos para acabar com a fome no planeta. Esta quantia é quase três vezes menor que o total de serviços da dívida pago pelos países do Terceiro Mundo em 2001. Com esse dado, Toussain e Arnaud Zacharie, também do CADTM, tentam provar, no texto-base da conferência, que a dívida impede a superação da pobreza no planeta.

Em 1999, os 187 países mais endividados pagaram US\$ 150 bilhões a mais do que receberam em empréstimos. “Entre 1980 e o ano 2000, o Terceiro Mundo enviou o equivalente a mais de 40 Planos Marshall para o Norte”, afirmou, referindo-se ao plano que reconstruiu a Europa após a 2ª Guerra Mundial. Enquanto denuncia esta situação, Toussain afirma que este tema “não é para oficinas ou para negociações com o governo. É para ação massiva dos povos”, lembrando o plebiscito da dívida realizada pelos brasileiros em 2000, o levante popular do Equador em janeiro seguinte e os protestos argentinos nos últimos meses.

O Fórum Social Mundial, terceira edição, será realizado novamente em Porto Alegre, no próximo ano. O encontro deve ocorrer simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial.

Veja os números do FSM 2002:

- 15.230 delegados
- 4.909 organizações da sociedade civil de 131 países
- 57% participantes homens
- 43% participantes mulheres
- 11.600 jovens de 52 países

- 51.300 participantes
- 35.000 ouvintes cadastrados pelo Comitê Gaúcho
- 210 etnias
- 186 línguas
- 2.500 crianças cadastradas no “forunzinho”, com 800 oficinairos voluntários

Países com maior número de delegados e organizações:

- **Brasil** - 8.503 delegados
2.368 organizações
- **Itália** - 979 delegados
406 organizações
- **Argentina** - 924 delegados
274 organizações
- **França** - 682 delegados
224 organizações
- **Uruguai** - 465 delegados
54 organizações
- **EUA** - 406 delegados
166 organizações

Mídia:

- 2.400 jornalistas
- 1.050 veículos:
 - 467 jornais
 - 193 revistas
 - 188 rádios
 - 140 mídia digital
 - 116 canais de televisão
 - 48 países
 - 780 profissionais *free-lancers* de 33 países.

O FSM não produziu nenhum tipo de resolução, mas indicou de forma praticamente

JUSTIÇA NO TRABALHO

Se por um lado todos os debates do Fórum Social Mundial abordaram os estragos que o neoliberalismo tem provocado nos mais diversos aspectos da vida planetária, evidenciaram também que os trabalhadores são os que mais sofrem suas conseqüências, em todos os países do mundo.

No dia 1º de fevereiro, a conferência sobre o Trabalho concluiu que é preciso que as organizações sindicais do mundo construam alianças entre si e também com os demais

movimentos sociais. É consenso entre os sindicalistas que a globalização econômica neoliberal avança à custa do crescimento do desemprego, do arrocho salarial e da redução de direitos, com a conseqüente piora das condições de vida. “Temos feito a crítica desse processo, mas isso não basta. É preciso desenvolver práticas e laços de solidariedade”, afirmou o presidente da CUT, João Felício, que coordenou a conferência.

O secretário geral da ORIT (Organização Regional Interamericana do Trabalho),

Luís Anderson, lembrou a necessidade de unidade. “Há países que possuem até sete centrais, o que representa a dispersão de nossos recursos e energia. Temos que nos juntar”. Ele propôs objetividade na ação: “Temos que identificar as prioridades dos trabalhadores e estar preparados para responder a elas”.

Willie Madisha, da Cosatu, a central dos trabalhadores da África do Sul, defendeu um papel de liderança na luta por justiça social global. “É preciso que surja um sindicalismo transformador,

CONTROLE DAS MULTINACIONAIS

A necessidade de controlar as corporações transnacionais foi debatida no eixo *A produção de Riquezas*. Debateram Kevin Danaher, da Global Exchange, Marcello Malentacchi, da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (Fitim); Martha Ojeda, da Coalizão por Justiça nas Maquiladoras; Joshua Karliner, da ONG norte-americana CorpWatch.

Alguns números mostram a dimensão que essas empresas tomaram no mundo. Segundo documento preparatório, das 100 maiores empresas do mundo, 99 têm origem em países industrializados. Muitas delas com ingressos financeiros maiores que alguns grandes países do mundo. A Shell, por exemplo, é financeiramente maior que a Venezuela, um dos maiores

produtores de petróleo do planeta. Nova Zelândia, Hungria e Irlanda equivalem-se à General Motors.

Um tamanho inversamente proporcional ao respeito aos direitos trabalhistas. Com conhecimento de causa por ter trabalhado em algumas das famosas maquiladoras do Norte do México – transnacionais que usam mão-de-obra barata de terceiro mundo, pagando baixíssimos salários – Ojeda conta que as jornadas de trabalho podem superar 70 horas semanais, além de condições totalmente insalubres. Uma situação que pode chegar ao extremo de não dar nenhum tipo de equipamento de proteção para quem trabalha em lugares perigosos. Ela afirmou que o

papel de pressão cabe às pessoas. “Eles têm o poder do dinheiro, mas nós temos o poder das ruas. Às vezes esquecemos e temos que obrigá-las a mudar de postura, pois não vai ser o governo a fazê-lo”.

Para Malentacchi, representante da Fitim, o combate à ditadura das megacorporações passa por mobilizações sindicais que sobrepõem as fronteiras. Segundo ele, é preciso uma classe operária solidária, capaz de enfrentar greves por seus companheiros de categoria em outros países.



Jesus Carlos

unânime a necessidade de romper com o neoliberalismo

com uma agenda social, política e econômica. E a solidariedade é essencial para construir alianças contra o Consenso de Washington”, afirmou.

Baseado na experiência sul-africana que combateu o apartheid, ele acredita que para vencer os interesses das grandes corporações é preciso encontrar uma base comum de mobilização pela globalização dos direitos. Identificar e expor quem realmente detém o poder e decide os rumos do mundo hoje, controlar os capitais financeiros e tomar medidas eficazes de distribuição de renda, são proposições que Madisha considera importantes. “Haverá resistência das elites, globais e locais, que têm seus corações onde têm o dinheiro, num banco suíço, por exemplo. Mas temos que aceitar o desafio. Deixadas por sua conta, elas nos levarão a um desastre social e ecológico”, acredita.

A representante da Marcha Mundial das Mulheres, Sylvia Estrada-Claudio, defendeu que o sindicalismo inclua em sua agenda a defesa dos direitos humanos, especialmente os das mulheres. “Elas são as últimas a serem demitidas, as primeiras a serem demitidas, têm as piores funções e salários e são maioria no setor informal. Além disso, são minorias nas instâncias de poder e decisão, inclusive no movimento sindical. Para completar o quadro, são ameaçadas em casa, no trabalho e na rua”, denunciou.

Segundo Sylvia, a visão de uma nova sociedade inclui igualdade no trabalho, proteção ao trabalho doméstico e informal, garantia de liberdade de

Para o dirigente da GPN, “é possível imaginar um mundo sem os investidores financeiros, mas não sem os trabalhadores”

sindicalização às mulheres, promoção da divisão de tarefas e apoio completo à família, com creches, cozinhas comunitárias, etc. “Os Estados devem dar fim aos valores patriarcais e a violência contra a mulher tem que parar em todos os lugares, em condições de guerra ou de paz”.

O representante da juventude da CTA (Central dos Trabalhadores da Argentina), Pablo Reyner, falou sobre a situação do país, vítima de uma receita que ignora interesses dos cidadãos e do trabalho. “Vivemos há 25 anos um modelo de exclusão social que nos trouxe a esse ponto”, disse ao referir-se à crise Argentina.

O diretor da Global Policy Network, Jeff Faux, confirmou o estrago que o neoliberalismo fez ao mundo do trabalho nos últimos 25 anos. “Mesmo no Nafta, houve queda salarial e aumento da informalidade, que anula direitos. Esse é um ponto comum entre países ricos e pobres”, disse. Ele denunciou como falaciosa a teoria de que o crescimento, que deveria ser gerado pela cartilha imposta pelo Consenso de Washington, resolveria todos os problemas. “O FMI diz que se a maré for alta, levantará todos os barcos.



Jesus Carlos

Infelizmente, todas as estatísticas mostram que, nos últimos 25 anos, a desigualdade só cresceu e a concentração de renda piorou brutalmente”.

Faux acredita que a luta pelas mudanças deve se basear nas duas grandes vantagens dos trabalhadores: “Eles são maioria em toda parte e são indispensáveis. É possível imaginar um mundo sem-investidores financeiros, mas não sem os trabalhadores”. Para o diretor geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Juan Somavia, o modelo em vigor é fraco porque não responde às demandas dos povos. É preciso se contrapor a ele e criar um que garanta justiça social. Entre os pontos fundamentais nesse processo, ele coloca como principal o fim da exploração infantil.

Guiomar Prates é jornalista, diretora da Século Comunicação Integrada e do conselho de redação do *Debate Sindical*. Este texto foi editado a partir das observações da autora e da cobertura realizada pela organização do FSM, disponível na página da internet: www.forumsocialmundial.org.br

Os desafios do sindicalismo

Dois dias antes do Fórum Social Mundial, realizou-se em Porto Alegre o II Encontro de Sindicalistas Classistas da América Latina. O evento teve a participação de representantes das centrais sindicais de Cuba (CTC), Argentina (CTA), Venezuela (Frente Bolivariana de Trabalhadores), Colômbia (CUT), Chile, México e Honduras. Também contou com a presença de sindicalistas da Galícia (Confederação Intersindical Galega), Turquia e dos dirigentes da Federação Sindical Mundial (FSM), José Ortiz e Valentin Pacho. Do Brasil, um dos patrocinadores do encontro através da Corrente Sindical Classista (CSC), participaram 71 lideranças de confederações, federações e sindicatos. Publicamos abaixo a íntegra do documento aprovado na ocasião.



Jesus Carlos

CARTA DE PORTO ALEGRE

Vivemos no mundo e em especial na América Latina uma época marcada pela crise do sistema capitalista-imperialista. Para os trabalhadores e os povos em geral, sobretudo nas nações mais pobres e economicamente dependentes, o cenário de crise no qual se desenvolve a globalização capitalista neoliberal significa desemprego em massa, precarização dos contratos e condições de trabalho, arrocho dos salários, flexibilização e eliminação de direitos. Verifica-se um aumento brutal do grau de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e um retrocesso sem paralelo no Direito do Trabalho, enquanto avança o processo de centralização do capital em escala mundial e intensifica-se o domínio imperialista exercido pelas grandes potências sobre a chamada periferia do sistema. Isto

vem criando um ambiente intolerável de degradação social, desalento e desespero para milhões de trabalhadores e o crescimento avassalador da criminalidade e da violência.

A Argentina tem sido o palco dos acontecimentos mais dramáticos e trágicos desta história. Anos seguidos de recessão, mais de 20% de desemprego, colapso da política cambial, crises monetárias e moratórias foram os frutos amargos da orientação neoliberal imposta pelo FMI e EUA com a cumplicidade dos governos Menem e De la Rúa. O império sugere mais arrocho e sacrifício dos interesses populares. O povo ocupou as ruas e, com ímpeto revolucionário, reclama mudanças. Exemplos similares de revolta popular, que resultaram na queda de governos neoliberais, também ocorreram no Equador e Peru.

classista na América Latina

O drama da Argentina deve nos servir de alerta e lição. Através dele podemos enxergar a falência da política neoliberal que vem sendo imposta pelo imperialismo em todo o mundo como resposta à crise econômica iniciada nos anos 70, caracterizada pela redução progressiva das taxas de crescimento dos PIBs e a elevação invulgar dos níveis de desemprego em quase todo o planeta. Ficou evidente que, em vez de solucionar, o neoliberalismo agravou a crise, intensificou a exploração do trabalho pelo capital e a espoliação imperialista.

Também vai ficando claro que a situação está chegando a um ponto-limite para os trabalhadores e os povos. O capitalismo já não é capaz de oferecer alternativas socialmente aceitáveis para a crise que provém de suas contradições internas (que têm caráter objetivo) e que ele próprio aprofundou com a orientação neoliberal.

Dessas circunstâncias surgem novos e complexos desafios para o sindicalismo classista, que ainda vive os efeitos políticos, econômicos e principalmente ideológicos do colapso da URSS e dos regimes socialistas do leste europeu, constringido a uma resistência de caráter defensivo diante da feroz ofensiva neoliberal. Nós temos o dever de contribuir para o processo de conscientização dos nossos povos, a começar pelos trabalhadores, sobre o real significado da crise do capitalismo, que não encontrará saída nos marcos do neoliberalismo.

É preciso apontar a atualidade da luta pelo socialismo e a solidariedade dos povos

americanos com Cuba. Mas é indispensável, sobretudo, empregar o melhor da nossa energia num grande e urgente esforço para ampliar a organização e influência política do sindicalismo classista com o objetivo de viabilizar, em aliança com outras forças progressistas, uma alternativa política ao capitalismo neoliberal em nosso continente. Isto passa em primeiro plano por uma ampla mobilização popular contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no espírito das resoluções do encontro de Havana.

A Alca compõe, ao lado do Plano Colômbia, do acordo de Santa Fé, do criminoso bloqueio contra Cuba e da reacionária ofensiva contra o governo Hugo Chávez, um projeto estratégico do imperialismo norte-americano orientado pelo objetivo de reforçar sua liderança econômica e ampliar seu domínio político e militar nas Américas. Constitui uma séria ameaça de recolonização dos países da região e é uma via de mão única, sem contrapartida, que serve exclusivamente aos interesses dos EUA. O império já evidenciou que não fará concessões, pretende explorar as vantagens

proporcionadas pelo maior grau de produtividade de sua economia e sequer abre mão do protecionismo exacerbado em “áreas sensíveis” como agricultura e nos ramos em que sua decadência é mais pronunciada.

A luta contra a Alca é uma tarefa comum a todos os povos latino-americanos e caribenhos. Seu sucesso pressupõe uma unidade ampla entre os trabalhadores do hemisfério e reclama uma agenda unificada de mobilizações e manifestações. É uma luta que, se bem conduzida, pode também ser um meio de aproximação e unificação dos nossos povos. É preciso compreender ainda que a Alca engendra contradições nada desprezíveis no seio das classes dominantes e entre as potências imperialistas, que os trabalhadores devem aprender a identificar e explorar com sabedoria.

As correntes classistas podem e devem jogar um papel de vanguarda no processo de conscientização, mobilização e unificação dos nossos povos nesta luta, que está estreitamente associada às batalhas em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. O sindicalismo classista deve proclamar a necessidade de uma integração que garanta de forma efetiva o desenvolvimento econômico, social e cultural dos nossos povos (incluindo Cuba socialista) e seja baseada na cooperação, na solidariedade, justiça e soberania nacional, condições que supõem a derrota e superação do capitalismo neoliberal.

A luta contra a Alca é tarefa comum dos povos do continente; seu sucesso depende da ampla unidade e reclama uma agenda unificada de lutas

II Encontro de Sindicalistas Classistas da América Latina
29 e 30 de Janeiro de 2002, Porto Alegre/RS, Brasil

Importante evidência do afastamento dos jovens das entidades sindicais é a redução da sua participação nas instâncias da CUT

MARCOS EMILIO

A grande ofensiva do neoliberalismo no mundo gerou um enorme exercito de desempregados e de pessoas sem perspectivas. No Brasil, a situação se agravou com o governo FHC, que implementa o projeto neoliberal e faz estragos na vida do povo brasileiro. Mas é entre os jovens que a exploração do capital se manifesta mais intensamente.

Segundo critério da ONU, cerca de 1/5 da população brasileira pode ser classificada como juvenil. Na faixa de 15 a 24 anos de idade, a taxa de participação é de 61,8% (jovens que estão procurando emprego ou ocupados) e 17,9 % estão desocupados. Estas taxas são de longe as mais altas entre todos os grupos etários. Além disso, anualmente mais de 1,5 milhão de novos jovens chegam ao mercado de trabalho e encontram esse quadro extremamente adverso.

A situação da juventude se torna ainda mais complicada no mercado de trabalho porque as empresas exigem qualificação, experiência profissional e o jovem tem que concorrer com um grande número de desempregados com certa experiência e qualificação. Essa dificuldade se aprofunda entre as classes mais

A insegurança gerada na juventude pela falta de emprego tem reflexos no sindicalismo, dificultando a participação e a renovação dos sindicatos

Quem serão os futuros dirigentes sindicais?

pobres. Para elas, o caminho ao mercado de trabalho é longo e difícil, quando não impossível!

INSEGURANÇA NO TRABALHO

A situação do jovem brasileiro é de total insegurança e falta de perspectiva. Um estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo classifica a “insegurança do trabalho” da seguinte forma:

1- Insegurança no mercado de trabalho. Ilustrada pelo avanço do espectro do desemprego e pelo recuo (relativo ou mesmo absoluto) das oportunidades de ocupação;

2- Insegurança no emprego. Decorrente do maior número de contratações sob formas autônomas, temporárias, por prazo determinado, em tempo parcial, em detrimento de admissões plenas por prazo indeterminado e com carteira de trabalho assinada;

3- Insegurança na renda. Expressa na crescente variabilidade e eventualidade dos rendimentos do trabalho (associada freqüentemente a uma maior heterogeneidade e desigualdade de rendimentos na sociedade como um todo);

4- Insegurança na contratação.

Consiste na aposta em negociações e regulações do trabalho com caráter pulverizante e individualizante, em detrimento de discussões e normatizações centradas em coletividades;

5- Insegurança na representação do trabalho. Reflete-se na fragilização constante das organizações dos trabalhadores (que perdem seus filiados, assistem ao estreitamento de seus espaços de reivindicação, etc.).

JOVENS E SINDICATOS

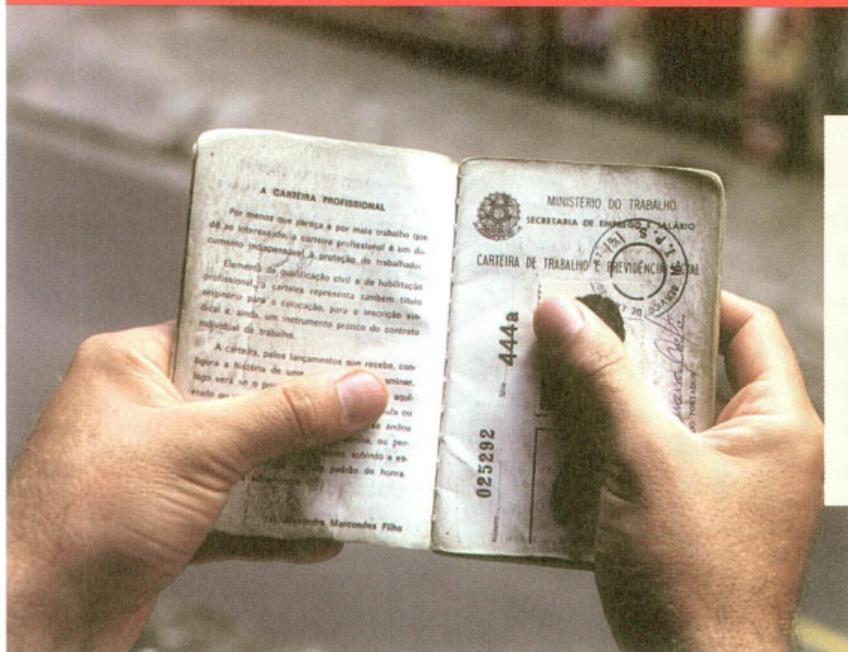
A insegurança gerada na juventude pela falta de emprego tem reflexos diretos no movimento sindical, dificultando a participação e a renovação do sindicalismo. Diante do fantasma do desemprego e da grande ofensiva ideológica do capital, os jovens trabalhadores têm a sua rebeldia contida. O

Por ser um terreno pouco explorado, o desafio é descobrir o perfil, as formas de organização e as bandeiras dos jovens

individualismo é, o tempo todo, enaltecido pelos defensores do capital, nos meios de comunicação ou nos treinamentos oferecidos pelas empresas antes do ingresso no trabalho.

Outro fator que dificulta a luta ideológica e causa confusão entre os jovens trabalhadores são os cursos de formação profissional ministrados por uma parcela do movimento sindical com as verbas do FAT. Eles têm qualidades e intenções duvidosas, reproduzem a política empresarial e incentivam o individualismo sob a máscara da competência. O mais preocupante é que esses espaços têm sido a porta de entrada do jovem ao mercado de trabalho e dificultam a sua organização, na medida em que têm como referência o individual em detrimento do coletivo.

O trabalho informal, prática constante que a juventude conhece muito bem, é outro obstáculo. Ele afasta os jovens das organizações sindicais, uma vez que elas representam, principalmente, os que ainda estão no mercado de trabalho. Por outro lado, a baixa presença de jovens nas direções e instâncias dos sindicatos reflete um tratamento inadequado a um setor que possui particularidades, muitas vezes desconsideradas. O jovem é, quando muito, tratado



Segundo estudo da Secretaria do Trabalho do Município de São Paulo, a situação do jovem é de total insegurança e falta de perspectiva

como mais um trabalhador e tem suas características, problemas e aspirações correspondentes à sua fase de vida ignoradas pelo sindicalismo, aprofundando o fosso entre as organizações representativas e os jovens trabalhadores.

Importante evidência do afastamento dos jovens das estruturas sindicais é a redução da sua participação nas instâncias da CUT. No 3º Concut, a representação com até 20 anos era de 3,5%; no 4º e no 5º Concut, ela foi reduzida para 0,3%. Se consideramos os jovens entre 21 e 29 anos, a participação caiu de 36,2% para 21,9%, no 4º, e para 15,9%, no 5º Concut (não há dados disponíveis dos dois últimos congressos).

Apesar disso, uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo sobre a participação política da juventude indica que os sindicatos possuem certo prestígio neste setor. Dos entrevistados, 8% dizem confiar totalmente no movimento sindical, 45% confiam até certo ponto, 44% não confiam e 2% não souberam responder. Os dados mostram que a maioria dos jovens confia total ou

parcialmente nas instituições sindicais, apesar do considerável número de jovens que não confia. Esse resultado serve de alerta para avaliar a necessidade de uma política voltada à juventude.

DESAFIOS DO SINDICALISMO

Os jovens trabalhadores e trabalhadoras são os que mais sentem a exploração capitalista e devem ser os principais interessados na luta por uma nova sociedade. Por ser um terreno ainda pouco explorado, o desafio maior é descobrir qual o perfil, as formas de organização e as bandeiras que aproximam os jovens trabalhadores do movimento sindical.

A Corrente Sindical Classista (CSC) e a União da Juventude Socialista (UJS) deram passos importantes neste rumo com a promoção de encontros de jovens trabalhadores em alguns setores e a realização, em Belo Horizonte, do I Encontro de Jovens Classistas, em 1999. Já o Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora da CUT, que reúne todas as forças políticas da

central, tem tido papel importante nesta frente, realizando encontros e seminários, estimulando a organização dos jovens trabalhadores nos estados e participação nas atividades internacionais.

Apesar destas iniciativas, ainda está longe de ser o ideal a participação da juventude no movimento sindical diante da dimensão da sua participação na PEA (População Economicamente Ativa) e do papel estratégico que ela joga. Portanto, procurar cada vez mais ampliar a atuação na frente de jovens trabalhadores e reforçar os vínculos da juventude com o movimento sindical (entendendo suas especificidades) são desafios fundamentais para a luta geral dos trabalhadores por uma nova sociedade.

As futuras lideranças combativas e comprometidas com a classe trabalhadora serão fruto do investimento nessa frente. O capital já entendeu isso e investe de todos os lados. Cabe às lideranças classistas atuais compreenderem a dimensão e responsabilidade na formação dos futuros representantes dos trabalhadores.

Marcos Emilio é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de São Paulo (Sintrate) e membro do Coletivo Nacional da Juventude Trabalhadora da CUT



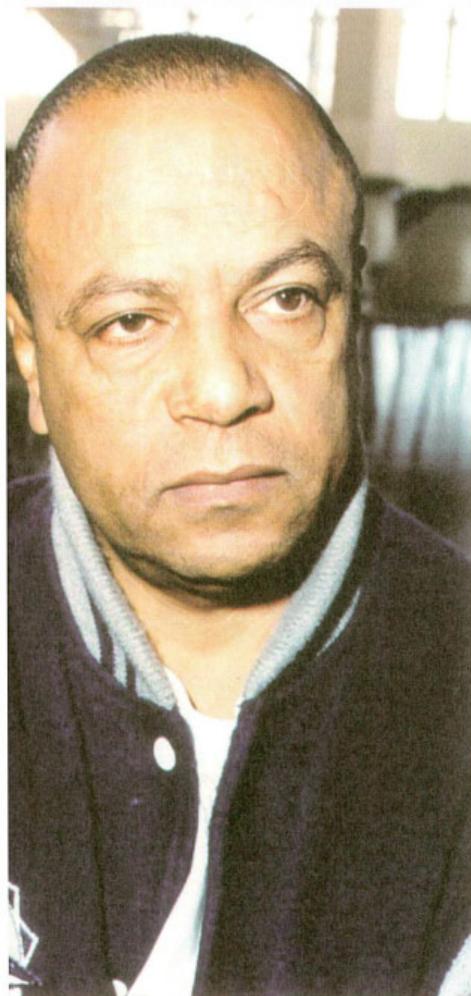
Tarsila do Amaral/Operários

O acordo da Volks do ABC foi um avanço?

Diante da ameaça de 3.075 demissões e após uma combativa e coesa greve, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista assinou um acordo com a Volkswagen que gerou intensa controvérsia. O governo FHC e o seu fiel escudeiro, a *Farsa Sindical*, afirmam que o negociado é uma exemplo de flexibilização

trabalhista e reforça a proposta da reforma da CLT. O sindicato, conhecido por sua longa tradição de luta e de enraizamento na base, rechaça esta interpretação e garante que o acordo representou uma vitória dos metalúrgicos, que barraram as demissões e evitaram regressões nos direitos. Já outras correntes

internas da CUT, mesmo rejeitando as manipulações do governo e da Força Sindical, criticam aspectos do acordo e a postura do sindicato do ABC. Para aprofundar esta reflexão, a *Debate Sindical* solicitou artigos para duas lideranças incontestes dos metalúrgicos da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo



A reversão das demissões na Volkswagen não seria possível em nenhuma outra empresa que não contasse com uma sólida organização no local de trabalho

A resistência vitoriosa

O acordo aprovado na Volkswagen encerrou mais uma

O cenário era outro. Não mais o pátio da Avenida Servidei Demarchi, a rota do frango, de gloriosa memória para os trabalhadores brasileiros. Mas a força do chamamento à luta era a mesma. Naquele final de 2001, a potência dos caminhões de som quebrava o silêncio do novo pátio esparramado na Anchieta.

A determinação do sindicato era resistir, lutar e buscar alternativas, com firmeza e inteligência. Marinho foi para o caminhão de som e num discurso inflamado disse o que estava no coração de cada metalúrgico: “Se a direção da Volkswagen pensa que vai nos enfiar goela abaixo seu projeto de reestruturação e transformar esta planta numa Fiat, ela está muito enganada. Não vamos aceitar, jamais”.

Mas a extensão da crise estrutural das montadoras do ABC se torna mais visível a partir do início dos anos 90. Na Volkswagen, a partir de 1997, quando a empresa anunciou a necessidade de realizar 10 mil demissões. Foi naquela luta que conseguimos arrancar o compromisso da empresa de modernizar a planta Anchieta: o investimento de R\$ 2 bilhões na plataforma do PQ24, o novo Pólo.

O trabalho de base permanente do sindicato, junto à militância e às comissões de fábrica, garante aos metalúrgicos do ABC conquistas em geral superiores aos de outras categorias. Na Volks, a PLR representa, na verdade, 14º e 15º salários para a média dos

trabalhadores. Os salários na Anchieta são mais que o dobro dos pagos na Fiat em Betim e em outras montadoras do Sul e, agora, do Nordeste.

Estas conquistas, acumuladas ao longo dos últimos vinte anos, têm sido ameaçadas de forma crescente pela guerra fiscal e pelos novos parâmetros de competitividade das empresas. Para as montadoras, são consideradas distorções e são utilizadas freqüentemente como chantagem.

No ano passado, quando o apagão fez o país “cair na real”, a crise da Volks voltou a recrudescer e a empresa procurou o sindicato para comunicar e discutir a existência de 3 mil excedentes. A visão do sindicato e da comissão de fábrica naquele momento era de que apenas as operações do PQ24 não seriam suficientes para garantir os 16 mil postos de trabalho existentes na unidade de São Bernardo. Segundo informações da empresa, a nova plataforma mobilizaria, em plena carga, cerca de 6.500 trabalhadores, projetando, portanto, uma fábrica com cerca de 10 mil trabalhadores no total.

À crise conjuntural da economia brasileira somava-se a crise estrutural da empresa, com grave ameaça aos postos de trabalho. Diante deste quadro, desde o início, o sindicato defendeu a ampliação do debate visando discutir novos investimentos e garantia de emprego de longo prazo. Não bastava evitar as 3 mil demissões. Outros três ou quatro mil surgiram nos

dos metalúrgicos

jornada memorável de resistência dos metalúrgicos do ABC

próximos meses e anos.

Mas, de início, as condições exigidas pela empresa se mostravam inaceitáveis, em particular quando vinculava a exigência de um *turn-over* com nova tabela de salários. Foram momentos difíceis, em que o mais doloroso foi enfrentar a deslealdade de alguns.

Um grupo que desenvolve trabalho de oposição à direção do sindicato na Volkswagen buscou o tempo todo, de maneira irresponsável, criar junto aos trabalhadores no chão da fábrica um clima hostil a qualquer proposta que pudesse surgir nas negociações. Sem propostas viáveis, defendendo a aventura da greve por tempo indeterminado como alternativa para barrar demissões, este grupo passou a caluniar o sindicato, acusando-o de praticar uma política de parceria com a empresa.

Diante do ultimátum patronal e da rejeição do sindicato e dos trabalhadores às propostas da empresa, veio a notícia das 3.075 cartas de demissão. No impasse, cuidando para que as portas das negociações não fossem fechadas, a nossa resposta foi a greve, decretada no dia 12 de novembro.

A empresa desenvolve forte ofensiva na mídia, buscando apoio e legitimidade para as demissões. O sindicato por sua vez, recusando o rótulo da intransigência, busca sensibilizar a opinião pública para a dimensão social do problema. Enquanto isso, os aventureiros se

ocupavam unicamente de semear a discórdia e plantar a divisão entre os trabalhadores.

Com a intransigência da direção da empresa no Brasil, surge a idéia de envolver os companheiros sindicalistas da Alemanha e a direção mundial da Volkswagen na busca de saídas. A experiência de vinte anos de trabalho sindical internacional na Volkswagen indicava a possibilidade de caminho alternativo para superação do impasse. A iniciativa felizmente deu resultado e voltamos de Wolfsburg com proposta de revisão das demissões e acordo.

MENTIRAS E CALÚNIAS

Enquanto nosso sindicato recebia manifestações nacionais e internacionais de solidariedade por sua vitória sobre as 3.075 demissões, os aventureiros de plantão se reuniam para preparar uma ofensiva contra a aprovação da proposta. Na campanha difamatória que se seguiu, mentiras e calúnias foram espalhadas no chão de fábrica. Chegaram a insinuar até mesmo que o Marinho nunca tinha ido à Alemanha. O que era conquista de garantia de emprego a longo prazo, novos investimentos na planta e flexibilização de jornada com manutenção da renda mensal, virava um simples *acordo de redução de salário em 15%*.

Empenhada em ajudar o governo neoliberal de FHC e o patronato na busca incansável

pela precarização das relações de trabalho, a mídia mais que depressa abraçou a versão de que nossa luta na Volks era exemplo da flexibilização tão sonhada pelo ministro Dornelles junto com a pelegada da Força Sindical. Era o que faltava para que os sindicalistas oportunistas, sem apoio dos trabalhadores, aproveitassem a onda para surfar na tentativa de desqualificar a nossa resistência vitoriosa.

O leitor ou leitora que conhece a história dos metalúrgicos do ABC desde o final dos anos 70 sabe que é com base nesta tradição de luta, de organização e consciência que podemos afirmar que o acordo costurado na Volkswagen, em finais de 2001, não seria possível em nenhuma outra empresa que não contasse com uma sólida organização no local de trabalho.

Foi graças às lutas e aos acordos realizados desde 1997, associada à capacidade de intervenção do sindicato desde o chão de fábrica até em nível internacional, que a profecia demoníaca do Dr. Demel, segundo a qual a planta Anchieta não chegaria ao ano 2000 com mais que 12.000 trabalhadores, felizmente não se cumpriu. E a categoria dos metalúrgicos saiu fortalecida junto com o sindicato.

É o que ficou demonstrado no engajamento da militância, nas inúmeras ações de apoio e solidariedade das comissões de fábrica e Cipas. E, sobretudo, pelo resultado da assembléia final, quando a proposta foi aprovada pela esmagadora maioria dos trabalhadores, encerrando mais uma jornada memorável de resistência e luta dos metalúrgicos do ABC.

Mário Barbosa é trabalhador na Volkswagen e membro do Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen



Na lógica da empresa, a redução dos salários, dos postos de trabalho e de outros custos é o preço que o trabalhador deve pagar para manter o seu emprego

O acordo na Volks foi

O acordo seguiu as premissas dos anteriores, com redução de

O acordo da Volkswagen foi realmente uma vitória para os metalúrgicos do ABC paulista? Não. Ele foi consequência de uma série de ataques da empresa contra os trabalhadores, sempre vinculados às ameaças de demissões, e de uma política sindical que parte dos mesmos pressupostos lógicos da fábrica. Essa lógica é resumida na necessidade da empresa ser competitiva e lucrativa para poder assegurar a sua continuidade no ABC. Para isso, reduzir salários, postos de trabalho e outros custos (modernizar-se!) é o preço que os trabalhadores devem pagar para garantir esta unidade de produção.

O acordo na Volks de novembro de 2001 novamente foi realizado sob as mesmas premissas de acordos anteriores, englobando redução de jornada e salário, banco de horas, terceirizações, salário diferenciado (menor) para as novas contratações e parcelamento de parte do valor da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Tudo sob um clima de muita pressão por parte da empresa e também de consentimento por parte da direção do sindicato, que aceitou negociar a pauta de reivindicações da fábrica sem organizar coletivamente uma contraproposta do conjunto dos trabalhadores.

A CHANTAGEM DA EMPRESA

É preciso desmistificar a questão de que em 1996 a Volks

já pretendia fechar a unidade de São Bernardo do Campo. Isto se deveria à falta de investimentos em novos produtos e também em decorrência da nova lógica empresarial globalizada, na qual não se justificaria a continuidade de uma planta horizontalizada como a existente atualmente. Foi considerando essas premissas e a ameaça de 7 mil demissões que o sindicato realizou acordos de flexibilização de jornada e de salários em 1997/98, definindo critérios de demissões e novos investimentos na fábrica, como a vinda do PQ-24, o novo Pólo.

É bom lembrar que dos dois bilhões de reais de investimento que foram feitos na Volkswagen, 880 milhões vieram do dinheiro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que na verdade provêm das contribuições do nosso FGTS.

Mesmo se considerarmos como verdadeira a intenção da empresa de fechar a fábrica no ABC, vale lembrar que uma série de montadoras estavam se instalando no Brasil nesse mesmo período. A própria Volkswagen estava construindo novas unidades de produção em São Carlos (SP), Curitiba (PR) e Rezende (RJ), além de já contar com a fábrica de Taubaté (SP). Além disso, em 2001 a empresa já havia realizado quase todas as modificações e instalações para a produção do novo carro, desenvolvendo inclusive o treinamento para os trabalhadores e fazendo os preparativos para a produção da série 0.

mesmo uma vitória?

salário, banco de horas e parcelamento da PLR

ACUMULANDO EXPERIÊNCIA

Até 2001, os trabalhadores já tinham acumulado a experiência do acordo de 1998. As críticas e reclamações começavam a ser crescentes: contra o banco de horas, devido ao seu mau gerenciamento por parte da fábrica, na qual o trabalhador possuía saldo para descanso mas as chefias liberavam só quando queriam; pelo fato de que quando um companheiro tirava o dia de BH, os setores não possuíam excedente para substituição, sobrecarregando os demais. No caso da semana de quatro dias, a fábrica impunha um ritmo alucinante na produção, perdia-se parte da PLR com a complementação e, mesmo com os critérios de demissão do acordo, a empresa havia demitido mais de 7 mil trabalhadores.

Além disso, a Volks implementou de forma mais agressiva sua política de reestruturação, terceirizando a alimentação, o departamento médico, o transporte interno, e criando o salário diferenciado (menor) na guarda. Essas reclamações, somadas a um ritmo intenso de produção no primeiro semestre do ano passado, que envolveu inclusive um acordo para trabalhar dez sábados adicionais (a disputa entre Volks e Fiat pela liderança de produção e mercado), criaram o ambiente propício para a rejeição dos acordos de BH (unânime) e da semana de quatro dias (assembleia dividida).

Essa rejeição desagradou as direções da empresa e também do sindicato, que defendiam a manutenção dos acordos. Para a direção sindical, inclusive estava em jogo a sua credibilidade junto à empresa, pois ela havia feito o acordo com a duração de cinco anos.

PREJUÍZOS DO ACORDO

O acordo assinado traz prejuízo financeiro para os trabalhadores, quando não reajusta o salário de outubro com base no INPC integral (ao invés de 8,16%, tivemos 5,44%), nas cinco horas adiantadas ao mês (que teremos que pagar) e nos R\$ 150,00 da PLR para a complementação do salário mensal. Ele também abre um precedente de disputa entre os trabalhadores de regiões diferentes para ver quem oferece maiores vantagens para assegurar competitividade, qualidade e menor custo, mesmo que para isso tenha que abrir mão de seus direitos.

Além disso, vende-se a falsa idéia de que existe solução para os problemas da classe trabalhadora dentro dos parâmetros da sociedade capitalista. Ao aceitar o jogo da empresa de negociar com base em seus parâmetros (produtividade, menor custo) e sob ameaças de demissões, entramos num beco sem saída. Ou melhor: a saída será sempre perdermos os “anéis para não perdermos os dedos”, até que a multinacional decida querer também os nossos dedos.

Outro prejuízo significativo é termos a direção da empresa e a direção sindical argumentando tratar-se de um acordo “muito bom”, transmitindo a idéia de que partilharmos dos mesmos ideais. Não é vergonha nenhuma, por mais combativa que sejam as lideranças dos trabalhadores, realizar muitas vezes acordos ruins dependendo da situação conjuntural. No entanto, ao não assumir que se trata de um acordo ruim, deixamos o espaço aberto para que a empresa avance sobre os nossos direitos e também na disputa ideológica (de classe) sobre os trabalhadores.

ARGUMENTOS FALSOS

A argumentação de crise feita pela empresa é desmentida pelos informativos da própria empresa. Eles demonstram o aumento no volume de produção, que em 2001 foi de 530 mil unidades, bem superior às 437 mil do ano anterior. Tanto que a Volks recebeu o prêmio de maior exportadora de veículos de passeio. No global, a Volks foi uma das poucas montadoras do mundo a aumentar sua lucratividade em 12% em 2001, conforme nota do jornal *O Estado de S.Paulo*.

Diante do exposto, quais são as alternativas para os metalúrgicos da Volkswagen? No cenário atual, a nossa luta tem que ser direcionada para a busca da redução da jornada sem redução de salário; para a manutenção de nossas conquistas; e para o combate sistemático a toda forma de flexibilização. Para tanto, a nossa solidariedade é peça fundamental para a construção de um novo cenário.

Melão Monteiro é membro da Comissão de Fábrica dos Trabalhadores na Volkswagen

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ

O poder de interferência do TSE nas eleições

Como o Poder Legislativo não aprovou a chamada reforma política, as surpresas e casuísmos desta eleição ficarão por conta das interpretações do Tribunal Superior Eleitoral das três leis que irão reger o pleito: a lei complementar 64/90, sobre os casos de inelegibilidades; a lei ordinária 9.096/95, disposta sobre partidos políticos; e a lei ordinária 9.504/97, estabelecendo normas gerais para as eleições.

Em relação à primeira, frequentemente o TSE é chamado a interpretar casos de inelegibilidades, especialmente de cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins. Há situações curiosas de manobras feitas com base nesta lei, como o da governadora Roseana Sarney, que se casou novamente com seu ex-marido, Jorge Murad, apenas para tornar inelegível o irmão dele, que seria um forte candidato ao governo.

PEQUENOS PARTIDOS

No caso da lei dos partidos políticos, a situação é mais grave porque já houve interpretação do ministro Garcia Vieira, referendada por unanimidade pelo TSE, que impede na prática a existência dos pequenos partidos, ao considerar que, a partir de 2003, o funcionamento



Sob pretexto de interpretar a lei, tribunal poderá influenciar a disputa eleitoral

parlamentar dependerá do cumprimento das exigências do artigo 13 da Lei 9.096/95.

De acordo com este artigo, a partir de 2003 "tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles".

Isto significa que o partido que não atingir estas metas na eleição de 2002 perderá o direito ao rateio dos 99% dos recursos do fundo partidário e não terá direito aos programas nacionais no horário eleitoral gratuito. Além disto, os eleitos pelos partidos

que não alcançarem o resultado eleitoral acima não terão funcionamento parlamentar. Ou seja, não poderão encaminhar votação no plenário, não terão liderança própria, nem poderão participar de comissões, tornando praticamente nula sua influência no parlamento.

A nova regra não permite que os eleitos exerçam seus mandatos, além de asfixiar financeiramente o partido e impedir seu acesso gratuito aos meios de comunicação e às instâncias decisórias do Congresso.

VETO À COLIGAÇÃO

Quanto a lei que estabelece as normas gerais das eleições, uma interpretação do artigo 6º da lei 9.504/97 pretende vincular as coligações para a eleição presidencial com as eleições estaduais, impedindo que os partidos participem de coligações com agremiações que não façam parte da coligação nacional.

Essa vinculação, pelo menos até que o TSE responda à consulta do PDT, não é exigida para a eleição presidencial. Nada impedia que um partido tivesse uma coligação no plano nacional e outra, diferente, na esfera estadual, observada, neste último caso, as vedações sobre a eleição proporcional.

Como se vê, o tribunal, sob o pretexto de interpretar a lei, poderá influenciar no resultado eleitoral, favorecendo ou prejudicando o desempenho dos partidos e candidatos.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Escravidão: o absurdo que não quer acabar



Jesus Carlos

No Brasil, o trabalho escravo não é coisa do passado. Ainda hoje está presente em várias regiões do país, vitimando mais de 60 mil trabalhadores

CLÁUDIO GONZALEZ

A escravidão, embora oficialmente ilegal, é praticada de diferentes formas em quase todas as partes do mundo – incluindo muitas economias industriais avançadas. No Brasil – último país a abolir a escravidão, em 1888 –, investigações do Ministério do Trabalho confirmam a prática do trabalho escravo e cada vez mais se colhem indícios de que os casos denunciados são apenas a ponta do *iceberg*. A Subcomissão de

Trabalho Escravo e Condições de Trabalho da Câmara dos Deputados estima que 60 mil trabalhadores vivam escravizados no país, mas admite que os dados existentes são subestimados. Além do medo das vítimas de oficializar a denúncia, a exploração está de tal forma

assimilada nas práticas empregatícias que muitas vezes é difícil para as pessoas mais humildes reconhecerem que são submetidas à escravidão.

Comissão especial da ONU calcula que mais de 200 milhões de pessoas no mundo vivem em situação análoga à escravidão

O flagelo do trabalho escravo está vivo – e muito bem alimentado pela economia globalizada. Apesar de oficialmente ilegal em todos os países do mundo, a escravidão mantém, sob diferentes grilhões, 27 milhões de pessoas – duas vezes mais do que o total de pessoas tiradas da África durante os quatro séculos em que o tráfico era prática legal e corrente. Ao ampliar os critérios para caracterização do trabalho escravo, uma comissão especial da ONU, baseada em pesquisas da *Anti-Slavery*, de Londres, a única instituição que faz registros sistemáticos a respeito desse problema há mais de 150 anos, já chegou ao escandaloso número de 200 milhões de pessoas no mundo vivendo em situação análoga à escravidão. Para o professor José de Souza Martins, da USP, esses 200 milhões podem estar aumentando em consequência da globalização da economia e da difusão de práticas econômicas definidas como neoliberais.

O trabalho escravo contemporâneo tem como característica o uso da força para suprimir a liberdade, obrigando a pessoa a trabalhar mesmo contra a sua vontade e sem a possibilidade de escapar e mudar de situação. Há basicamente dois tipos de escravidão “moderna”: o trabalho forçado e a escravidão por dívida (conhecida internacionalmente como *debt enslavement*). O trabalho forçado pode envolver desde o realizado nas prisões dos EUA até a escravidão clássica no sul do Sudão, onde os negociantes de escravos literalmente raptam rapazes e moças – exatamente

como faziam os negociantes de escravos séculos atrás – e os obrigam a trabalhar para seus novos donos, às vezes pelo resto de suas vidas. A escravidão por dívida normalmente se caracteriza quando o empregador, usando de ameaça, mantém os empregados em sua propriedade alegando que estes possuem dívidas maiores que o salário que teriam a receber.

No auge da expansão urbana na região Amazônica, o país chegou a ter meio milhão de trabalhadores em situação análoga à escravidão

A escravidão por dívida não é exclusividade do “terceiro mundo”. Nos EUA, por exemplo, trabalhadores agrícolas são contratados “por temporada” e recebem permissão para fazer compras a crédito na loja da “companhia”. Frequentemente, essas compras consistem de bens não essenciais, como cigarros e bebida alcoólica, a preços altamente inflacionados. No final da temporada, os trabalhadores ficam devendo à “companhia” mais do que têm a receber. Em geral, eles não têm permissão para deixar seus empregos até suas dívidas serem pagas. Muitos outros exemplos de escravidão contemporânea foram mostrados em documentário exibido pela GNT em setembro do ano

passado. Usando histórias de escravos ao redor do mundo, ele explica como a economia globalizada, combinada com a indiferença de autoridades corruptas, colabora para que milhares de pessoas sejam seqüestradas, enganadas e atraídas para a escravidão.

O documentário mostra as fazendas de cacau da Costa do Marfim, tocadas a mão-de-obra escrava. Ali, esbarra na história de Drissa, recém-libertado junto com outros 18 homens. Com a ajuda do cônsul de Mali, os jornalistas Brian Woods e Kate Blewett chegaram até a fazenda e descobriram que a escravidão é tão comum nas plantações da Costa do Marfim hoje quanto o era há 300 anos. E não é só chocolate que vem embalado em suor e sangue escravo. Jóias, fogos de artifício, cigarros, toda uma gama de bens e produtos consumidos pelos países ricos são feitos com mão-de-obra escrava. Outros, como aço e algodão, envolvem a escravidão em algum ponto do seu processo. “Não é uma questão de compra e venda de pessoas, nem de raça ou cor. Mas de disponibilidade e preço. Um escravo na América do Sul, em 1850, custava, em média, o equivalente a US\$ 56 mil; hoje, custa US\$ 60”, afirmam os documentaristas.

SITUAÇÃO DO BRASIL

No Brasil, calcula-se que cerca de 60 mil trabalhadores passaram por situação de escravidão recentemente ou ainda se encontram nela. Isso sem contar a exploração da mão-de-obra

Depois de reeleito, o governo de FHC esmoreceu e aos poucos foi abrindo mão do seu compromisso de erradicar o trabalho escravo no Brasil

infantil e a indústria do sexo que, em muitas situações, submete crianças e jovens a trabalhos forçados em condições degradantes e sem-remuneração. Segundo o professor José de Souza Martins, nos anos 70, auge da expansão urbana na região Amazônica, o Brasil chegou a ter meio milhão de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Hoje, segundo dados da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), Pará, Maranhão e Tocantins são os estados que mais registram casos de escravidão por dívida.

Tanto na região norte como no litoral sul do país, a situação é a mesma: o trabalhador é recrutado por um empregador, denominado "gato". Ele contrata verbalmente homens para executar tarefas como derrubada de mata, limpeza de pastos, exploração de madeira, produção do carvão vegetal, cultivo do algodão, da cana-de-açúcar, do feijão ou de frutas. Os trabalhadores, iludidos com a possibilidade de obter algum dinheiro que lhes é prometido e, sem conhecer as condições reais do trabalho, são levados para fazendas distantes de suas cidades, onde são forçados a aceitar exorbitantes dívidas com transporte, alimentação, ferramentas de trabalho,



Jesus Carlos

alojamento, entre outras. Além disso, os locais são conhecidos pela falta de higiene, ausência de instalações sanitárias, inexistência de atendimento médico e de primeiros socorros.

Endividados, os trabalhadores não podem deixar a fazenda, sendo vigiados por pistoleiros armados, que lhes impõem o terror e a humilhação. As condições para deixar a fazenda são: pagar toda a dívida (o que seria praticamente impossível), concluir a tarefa assumida pelo empregador com seu patrão, ou a fuga. Se fugirem, as pessoas correm o risco de serem capturadas, surradas, levadas de volta ao trabalho, ou mesmo assassinadas. Em alguns casos, nem é preciso manter os trabalhadores por uso da força ou ameaças. A longa distância entre o lugar de origem do trabalhador e o local de trabalho, a falta de dinheiro para pagar o transporte e a retenção dos documentos pelo empregador costumam impedir a fuga. Outra razão que pode desestimular a fuga é o não conhecimento de leis e de direitos por parte do trabalhador, que fica constrangido pelo peso moral da "dívida", mesmo sendo ilegítima em termos legais.

COMEÇO DA REAÇÃO

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma das entidades que mais se preocupa com a permanência do trabalho escravo no Brasil. A primeira denúncia conhecida sobre o conceito moderno de trabalho escravo (critério da dívida impagável) é de 1972, realizada por dom Pedro Casaldáliga.

A denúncia de maior repercussão ocorreu em 1984, no caso da fazenda da Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen, no Sul do Pará. Os peões conseguiram escapar a pé da fazenda e foram parar em São Félix do Araguaia. Houve mobilização e a idéia de flagrar os responsáveis foi frustrada. Na época, o governador do Pará era Jader Barbalho. Não se conseguiu fazer o flagrante, então convocou-se a imprensa nacional e internacional e se fez a denúncia. Havia indícios de que eram 600 trabalhadores. Mais tarde, matéria publicada na Alemanha afirmou que havia 800 trabalhadores escravizados na fazenda da Volks.

Mas foi só no início da década de 90, após mais uma série de denúncias da CPT e de investigações feitas pela CPI da



“Um escravo na América do Sul, em 1850, custava, em média, o equivalente a US\$ 56 mil; hoje, custa US\$ 60”, afirma documentário

RAIO X DA ESCRAVIDÃO

Segundo estudo do padre Ricardo Rezende, uma das principais referências do país no combate à violência no campo, a radiografia do trabalho escravo no Brasil é a seguinte:

Perfil dos trabalhadores: Na maioria dos casos, são homens jovens, solteiros, de baixa qualificação profissional, analfabetos e com problemas de alcoolismo.

As promessas: Os gatos, como são conhecidos os representantes dos fazendeiros, escolhem lugares afetados pela seca e pelo desemprego. Oferecem trabalho e salário atrativo. Garantem assistência médica, salário e dão um adiantamento para ser deixado com a família do trabalhador. Aos poucos, estes descobrem que o contrato de trabalho será quebrado, isto é, um salário inferior será pago.

As dívidas: No dia seguinte à chegada na fazenda, estes são avisados de que só poderão sair do local quando quitarem o que devem: transporte, cachaça que

beberam durante a viagem, almoço e adiantamento. São informados também de que terão que comprar os instrumentos de trabalho e o alimento no armazém do dono da fazenda. Em geral, as dívidas não são quitadas porque acaba o período de trabalho e os homens são liberados sem nenhum dinheiro.

As condições de trabalho: Os alojamentos dos trabalhadores estão sempre em condições insalubres e não existem, em regra, instalações sanitárias. Ainda assim, uma espécie de “taxa pelo alojamento” é descontada do salário.

Porque não fogem: Eles chegam à noite nas fazendas, que são enormes, muitos já estão bêbados. Além de não conhecer o caminho e de não ter parentes nem amigos por perto, são impedidos de deixar o local antes de pagar as dívidas, uma vez que o proprietário da terra, ou mesmo o gato, mantém um pequeno exército particular com ordens para perseguir, punir e até matar, se for necessário, quem tentar fugir.

compromissos em prol do combate ao trabalho escravo no país.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso, iniciando seu primeiro mandato como presidente, criou o Grupo Móvel de Fiscalização, ligado à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho, em Brasília. Para garantir sua independência em relação às pressões dos grupos econômicos e dos políticos

influentes nos estados, as equipes de fiscalização passaram a ser constituídas de fiscais, médicos, engenheiros do trabalho, todos voluntários selecionados fora do estado fiscalizado. Desde o início de suas atividades em 1995, até o primeiro semestre do ano 2000, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel divulgou ter libertado 1.834 trabalhadores.

A participação de entidades de direitos humanos no acompanhamento desta fiscalização foi decisiva para os resultados obtidos. Em setembro de 1997, por exemplo, foi o Fórum Nacional Contra a Violência no Campo e o Trabalho Escravo quem pressionou o presidente do Inkra, Milton Seligman, a desapropriar a fazenda Flor da Mata, no Sul do Pará. Apesar da forte reação por parte do grupo político do governador de Tocantins, Siqueira Campos, ligado à empresa Umuarama, dona da fazenda, a desapropriação ocorreu e foi implantado um projeto de assentamento de 400 famílias removidas da reserva indígena vizinha dos Kaiapó-Xicrín. Foi muito questionado e denunciado o fato que o proprietário da fazenda Flor da Mata recebeu do governo federal uma indenização de R\$ 2.500.000,00 sendo que tinha comprado a fazenda, três anos antes, pelo valor de R\$ 100.000,00. Por isso, o Fórum articulou um projeto de lei, aprovado no ano passado, que impede a indenização de terras expropriadas por motivos de trabalho escravo.

Nos vários depoimentos dos peões libertados, a imagem da tragédia é a mesma dos

Câmara dos Deputados destinada a investigar as origens, causas e conseqüências da violência no campo, que o governo brasileiro finalmente reconheceu a gravidade da situação e propôs formas de combate. Em 1994, ainda durante o governo Itamar Franco, diversas autoridades, entre elas o então ministro da Fazenda, Ciro Gomes, e o presidente da CUT, Vicentinho, subscreveram uma carta de

trabalhadores de outras regiões: na viagem do Mato Grosso até o Pará muito sofrimento e maus-tratos, mal-alimentados e doentes, comendo farinha e água durante todo o percurso e sempre sofrendo constante humilhações. Na fazenda moraram em barracos de lona preta improvisados na mata, bebiam água podre e fétida, contraíam malária, infecções renais e várias outras doenças devido às más condições de vida impostas a eles. Para se manterem vivos, alimentavam-se com suprimentos comprados na cantina da fazenda, onde o cantineiro nunca informava os preços, dando origem à tal dívida impagável.



Jesus Carlos

RETROCESSO DE FHC

Na campanha de 1998, FHC usou a ação do seu governo no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil como peça importante para a sua reeleição. Depois de reeleito, o governo esmoreceu e aos poucos foi abrindo mão do seu compromisso de erradicar o trabalho escravo no Brasil. No fim de 1999, frente à deterioração já sensível das características da fiscalização móvel, a Coordenação da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo manifestou, através de documento público, suas preocupações com os vários obstáculos que vinham se contrapondo à firme atuação do Grupo Móvel: quebra do sigilo das operações de fiscalização; ruptura da rigorosa centralização do comando; demora na articulação das operações (principalmente por falta de recursos, especialmente de meios de transporte adequados: carros,

helicópteros), culminando na não-realização de certas operações essenciais de resgate, embora insistentemente solicitadas, pondo em risco a situação dos informantes (fugitivos mantidos sob proteção, durante semanas, em condições precárias, por entidades ligadas aos direitos humanos).

“Ao mesmo tempo, apontávamos para pontos fracos do dispositivo de repressão, tais como: sanções irrisórias nas pouquíssimas ações penais e trabalhistas levadas a cabo, estimulando a reincidência; simulacro de punição dos autores através da eventual desapropriação da fazenda flagrada, porém com indenização escandalosamente superfaturada (caso Flor da Mata, no sul do Pará). Lamentavelmente, constatamos que, no decorrer do ano 2000, as providências anunciadas não se concretizaram: a disponibilidade de meios logísticos não melhorou; o sigilo absoluto das operações continuou a ser ignorado; a integração da Polícia Federal ao comando não se efetivou. Pior: aos entraves já citados, acrescentou-se uma atuação cada vez mais burocratizada da direção do Grupo Móvel, gerando demora e hesitação. Várias operações solicitadas a partir de

denúncias fundamentadas, envolvendo centenas de trabalhadores rurais em situação de trabalho escravo, foram realizadas depois de longa espera, a preço de intensa pressão, ou simplesmente deixaram de ser efetivadas. Como conseqüência, informantes tiveram que aguardar em vão, escondidos durante semanas, um hipotético

desfecho, colocando em perigo tanto sua vida quanto a de quem os protegia”, afirma o documento da CPT.

A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB/PA) relatou recentemente na Câmara Federal uma situação bastante ilustrativa dessa situação denunciada pela CPT. Segundo ela, a família Quagliato, dona de 13 fazendas na região sul do Pará, grilou uma área desapropriada pelo Incra. Com pistoleiros, expulsou seis famílias assentadas, sem nenhuma reação do Instituto. Nas fazendas dos Quagliatos foi descoberto pela Polícia Federal trabalho escravo desde 98, reincidindo em 99 e 2000, quando ocorreram novas diligências de fiscalização. “Mas ao invés de serem punidos por prática de crime hediondo, eles foram beneficiados com um acordo assinado agora junto ao Ministério do Trabalho em que são avisados de novas diligências de fiscalização, dando em troca segurança na fazenda para os fiscais”, denuncia Socorro Gomes. “É como combinar com assaltantes de banco quais os dias em que não haverá policiamento, para que eles possam roubar com mais tranquilidade”, completa, indignada, a parlamentar.

Cláudio Gonzalez é jornalista

Dilemas da CUT frente

Ao longo de 2001, a trajetória da central evidencia uma oscilação entre a elaboração de alternativas ao neoliberalismo e a incorporação de elementos do discurso neoliberal

ANDRÉIA GALVÃO

A conjuntura político-econômica de 2001 foi marcada por lutas sociais importantes, nas quais a CUT e seus sindicatos exerceram uma atuação destacada. Essas lutas – travadas no campo e nas cidades – podem ser, grosso modo, caracterizadas como lutas contra as políticas neoliberais e contra a reestruturação promovida por empresas do setor privado. Este artigo se propõe a analisar esses movimentos, a fim de efetuar um balanço da atuação da central nesse período [1].

No que se refere ao primeiro aspecto, ressaltamos quatro grandes enfrentamentos ocorridos entre a central e o governo FHC. Inicialmente, destacamos a luta contra a forma de pagamento do expurgo do FGTS, resultado de um acordo entre o governo e a Força Sindical. As tentativas frustradas empreendidas pela CUT para formalizar acordos com os governos neoliberais (por meio das câmaras setoriais, da

ao neoliberalismo

negociação da reforma da previdência) e os efeitos antipopulares do neoliberalismo têm levado à reativação de posições mais críticas no interior da central, a exemplo da proposta para a solução da crise energética.

A luta contra o racionamento de energia – que culminou na Marcha Contra o Apagão e a Corrupção, em 27 de junho – constitui um segundo momento importante da conjuntura em questão. A crise de energia foi atribuída pela CUT ao contínuo corte de investimentos e à falta de políticas de longo prazo nas diferentes áreas de atuação do governo. Para evitar a desaceleração da economia e o aumento do desemprego, a central elaborou um projeto de emenda popular à Constituição que garantia a estabilidade no emprego enquanto durasse o racionamento. O projeto contemplava uma série de medidas que revelam uma contraposição a determinados aspectos da política neoliberal, como a suspensão e a revisão das privatizações no setor elétrico, a proibição de horas extras e do funcionamento do comércio aos domingos.

O EMBATE DA CLT

Essas medidas parecem apontar para o início de um processo de reversão do sindicalismo propositivo que tomou conta da central nos anos 90, já que seu conteúdo revela um forte componente combativo, representando claramente uma *contra-proposta* à política do

governo e não algo em conformidade ao pensamento dominante. No entanto, essa hipótese deve ser analisada com cuidado, uma vez que a atuação da central ao longo de 2001 evidencia uma *oscilação entre a elaboração de alternativas ao neoliberalismo e a incorporação de elementos do discurso neoliberal*, como veremos adiante.

O PL 5.843/01, que altera o artigo 618 da CLT, instituindo a prevalência do negociado sobre o legislado, constitui a principal iniciativa governamental no campo da reforma trabalhista. Esse projeto evidencia que apesar do processo de desgaste por que passa o neoliberalismo, seu núcleo duro permanece hegemônico [2]. As manifestações realizadas por dirigentes sindicais da CUT conseguiram retardar o processo de votação, mas não impediram que o projeto fosse aprovado pela Câmara dos Deputados. A capacidade da central em envolver sua base na greve geral programada para 21 de março de 2002 é de extrema importância não só para a preservação dos direitos ameaçados como também para a definição da disputa política que a CUT trava com a Força Sindical a esse respeito. Seu

Tentativas frustradas de acordos com o governo e o desgaste do neoliberalismo reativaram posições mais críticas na CUT

sucesso ou fracasso terá também implicações nos embates entre as correntes internas da central, permitindo resolver o dilema acima apontado numa ou noutra direção, além de produzir impactos sobre a campanha eleitoral.

Os sindicatos filiados à CUT foram os protagonistas da greve dos servidores públicos federais, que envolveu professores e funcionários administrativos das 52 universidades federais, das escolas técnicas federais e agentes do INSS. Tratou-se de uma greve ampla, mas não foi uma greve unificada de todo o funcionalismo federal, o que gerou dissensões no sindicalismo dos servidores públicos. O governo, por sua vez, evitou negociar até onde pôde e editou algumas medidas para coibir futuras greves no setor [3]. Ainda assim, pode-se considerar que a greve foi parcialmente vitoriosa. Após cerca de cem dias de paralisação, o movimento grevista obteve um reajuste geral de 3,5% para todos os servidores públicos federais, um reajuste de 12 a 13% para os professores universitários, a incorporação ao salário – e a ampliação – de parte das “gratificações”, bem como a preservação do contrato em regime jurídico único.

No que diz respeito às lutas contra a reestruturação promovida por empresas do setor privado, o principal acontecimento foi a greve dos metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo, motivada pela proposta patronal de redução da jornada e dos salários em 20%. Essa greve, juntamente com outras greves metalúrgicas que têm ocorrido

Apresentada como vitória do sindicato, por breçar 3 mil demissões, o acordo da

desde 1999, reforça a impressão de que assistimos ao ressurgimento do sindicalismo operário de massa no Brasil. Mas seu resultado esteve longe de ser satisfatório para os trabalhadores. Após uma semana de paralisação e depois da viagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, à Alemanha, os trabalhadores da empresa aceitaram um acordo que estabeleceu a redução da jornada e dos salários em 15% e um programa de demissões voluntárias, destinado a cortar os postos de trabalho “excedentes”. Apresentada por suas lideranças como uma vitória do sindicato, na medida em que anulou as 3 mil demissões

realizadas pela empresa quando da rejeição de sua proposta inicial, a proposta aprovada pouco se diferencia daquela, o que mostra a dificuldade do sindicalismo em reagir numa conjuntura de alto desemprego, sobretudo quando o emprego é colocado em questão.

Depois de perder o posto de liderança incontestes das lutas populares para o MST, a CUT tenta retomar a hegemonia

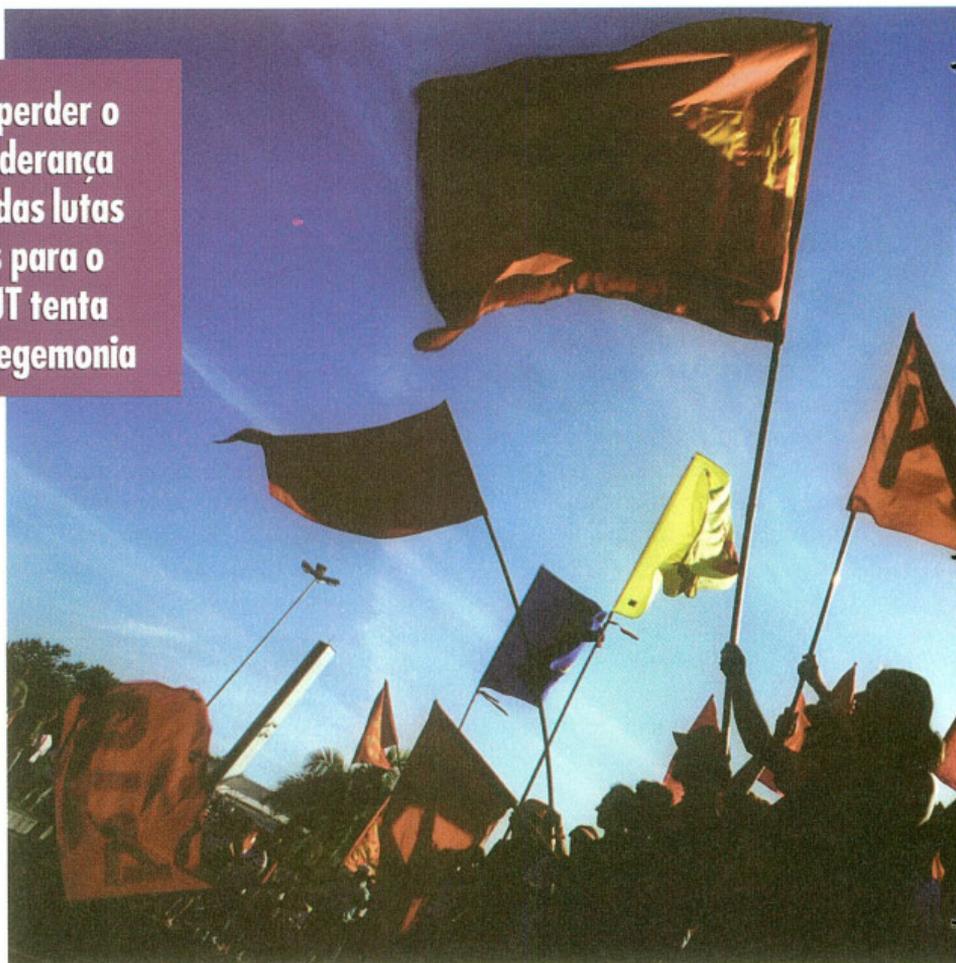
Contag. A Contag oscila entre a luta moderada e a conciliação com o governo e é tradicional rival do MST na mobilização dos trabalhadores do campo. Por meio dela, a CUT promoveu, em junho de 2001, o Grito da Terra, em oposição à política de reforma agrária do governo federal que, a fim de desmobilizar o movimento dos sem-terra, determina o cadastramento dos interessados no recebimento de terras nas agências dos Correios e proíbe a desapropriação de terras ocupadas pelos trabalhadores rurais.

A agricultura familiar passou a ser a grande bandeira da CUT e

do PT que, no mês de agosto, realizou a Caravana da Agricultura Familiar, percorrendo o sul do país. No mês de setembro, a CUT patrocinou a caravana “O Nordeste quer dignidade”, em solidariedade aos atingidos pela seca. Uma das iniciativas da central no decorrer da caravana, através de sua Agência de Desenvolvimento Solidário, foi o lançamento da Cooperativa de Crédito de Pajeú, destinada a beneficiar a agricultura familiar em três municípios do estado de Pernambuco. Além dessas mobilizações, a CUT vem

ATUAÇÃO NO CAMPO

Ao lado das lutas urbanas, a CUT encontrou no campo um importante eixo de atuação. Depois de perder a condição de liderança incontestes na organização das lutas populares para o MST, a CUT tenta recuperar a hegemonia que deteve ao longo dos anos 80 através da



Volks pouco se diferencia do apresentado pela multinacional

exigindo do governo a regulamentação do trabalho rural, a elaboração de um plano de safra, a renegociação da dívida dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária, cujo saldo devedor é considerado impagável. Ademais, através da Contag, reivindica mais crédito para o Pronaf, apontando a diferença de tratamento dispensado pelo governo federal aos pequenos e grandes produtores. A Contag também vem participando de reuniões em Washington com produtores rurais norte-americanos, representantes de ONGs e do

Banco Mundial para viabilizar parcerias para a implantação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, formulado pela confederação.

A atuação da CUT ao longo de 2001 nos permite identificar duas tendências contraditórias: 1) De um lado, a CUT critica o governo, contrapondo-se a vários aspectos da política neoliberal e mobilizando os trabalhadores para combatê-la; 2) De outro lado, incorpora elementos do discurso neoliberal, centrando sua luta em temas como cidadania e exclusão, além de promover ações assistencialistas a pretexto de estimular a solidariedade entre trabalhadores urbanos e rurais, a exemplo da campanha de arrecadação de alimentos e da construção de 5 mil cisternas em prol das vítimas da seca no Nordeste. Assim, a CUT acaba por reforçar as mesmas políticas que denuncia, pois, ao reivindicar mais recursos para o Pronaf, concede legitimidade a uma medida compensatória e focalizada, típica representante das políticas sociais contempladas pelo modelo neoliberal. Além disso, busca “parcerias” com instituições como o Banco Mundial, sabidamente divulgadoras do neoliberalismo. Por fim, a CUT não apenas passou a atuar no território do MST, como também colabora para o isolamento dessa organização pois, ao invés de se associar a esse movimento em sua luta contra a política do governo, passou a concorrer com ele.

Os dilemas da CUT se explicam pelas condições objetivas impostas pela conjuntura – que

continua a dificultar uma reação ofensiva por parte do movimento sindical, não obstante os avanços verificados desde 1999 e do crescimento do movimento antiglobalização neoliberal, mediante as duas edições do Fórum Social Mundial – e pela variedade de tendências que a central congrega, contrapondo setores mais refratários e mais permeáveis ao neoliberalismo. Apesar dos obstáculos existentes, os embates em curso mostram que há espaço para a resistência e para a construção de uma alternativa político-ideológica ao neoliberalismo.

NOTAS

1- Os dados mencionados neste texto foram obtidos na Agência da CUT (www.cut.org.br) e na grande imprensa.

2- Suas idéias fundamentais foram assimiladas pelos defensores da 3ª Via e se mantêm no princípio da “continuidade sem continuísmo” (presente nos discursos dos candidatos à presidência ligados à aliança governamental), produzindo também impactos em setores da oposição, que defendem a tese da “alternativa confiável”.

3- Como o decreto 4.010, de 12/11/01, que concentra nas mãos do ministro do Planejamento a responsabilidade pelo processamento da folha de pagamento, a ser autorizada pelo presidente; a MP 10/01, que permite a contratação por tempo determinado para substituir servidores em greve por mais de 10 dias; e os dois PLs enviados ao Congresso para regulamentar o direito de greve nos serviços públicos, que determinam a ilegalidade da greve após 30 dias de paralisação e permitem a punição dos grevistas.

Andréia Galvão é doutoranda em ciências sociais pela Unicamp/SP e pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)



Jesus Carbo

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

Defensiva do sindicalismo e a injustiça de Saramago

De toda a ruidosa exuberância do II Fórum Social Mundial permanece em meus tímpanos o dobre do sino pela Justiça evocado por José Saramago no texto que foi lido durante o encerramento. “Toquei o finados pela Justiça porque a Justiça está morta”, disse o camponês e Saramago, em nome da justiça e da democracia, e, reavaliando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, desancou os partidos políticos (nomeadamente os da denominada esquerda) e os sindicatos.

Sobre estes quero, para clareza de argumentação, reproduzir as palavras do escritor português: “Acrescentarei que as mesmas razões que me levam a referir-me nestes termos aos partidos políticos em geral, as aplico por igual aos sindicatos locais e, em consequência, ao movimento sindical internacional no seu conjunto. De um modo consciente ou inconsciente, o dócil e burocratizado sindicalismo que hoje nos resta é, em grande parte, responsável pelo adormecimento social decorrente do processo de globalização econômica em curso. Não me alegra dizê-lo, mas não poderia calá-lo”.

E aqui os sinos de Florença deveriam tocar também pela injustiça cometida por Saramago. Injustiça no todo e na parte, embora – como sempre – não



Sindicalismo é o “que hoje resta” de resistência a 20 anos de ataque patronal

deixe de ter sua razão. Eu mesmo tenho apontado as dificuldades e deficiências do sindicalismo brasileiro, desbalanceado entre instituição e movimento, pouco enraizado nos locais de trabalho, muito dividido e desmobilizado.

ORGANIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA

No todo, o sindicalismo dos trabalhadores é o “que hoje nos resta” de resistência a 20 anos de furiosos ataques patronais, do capitalismo financeiro e dos ideólogos da globalização. O grande dirigente sindical francês Henri Krasucki já em 1997 lamentava que as conquistas de décadas de lutas dos trabalhadores fossem por eles mesmos consideradas privilégios. Os sindicatos não são como os partidos políticos; são organizações de resistência à

exploração e reagem defensivamente, até mesmo à erosão de suas bases.

Esta é a injustiça no todo, cometida por Saramago, ainda mais quando o mestre da língua profere a condenação num ambiente de ONGs, que mal compreendem os esforços sindicais.

A injustiça na parte decorre de que o próprio movimento sindical é composto de inúmeras tendências, experiências, graus de organização e de consciência. Há sempre, ainda que aqui e ali minoritariamente, entidades, direções, dirigentes e ativistas comprometidos com a luta e com fazer avançar o movimento e sua unidade. O próprio II FSM foi um exemplo: a participação sindical foi bem maior que na primeira edição e a unidade sindical internacional revelou-se positiva.

UMA HOMENAGEM

Que os sinos toquem finados pela morte do grande comunista, dirigente e ativista sindical, Newton Cândido. Foi um dos construtores do sindicalismo do ABC paulista (antes da indústria automobilística) e grande responsável pela renovação sindical dos metalúrgicos de São Paulo, nos anos do Comitê de Ação Metalúrgica. Perseguido, preso, torturado, demitido e isolado jamais abandonou as trincheiras. Ele pode ser homenageado como Karl Marx homenageou um outro: inesquecível amigo, impávido, leal e nobre vanguardeiro do proletariado.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

A Alca e a crise ambiental planetária

A Alca aprofundará a mercantilização da natureza, submetendo o ecossistema e a biodiversidade às leis de mercados e aos ditames das transnacionais

PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA

Vivemos uma crise profunda e estrutural do sistema capitalista, que é multifacetária: econômica, política, social, cultural, ética e também ambiental. Ela põe em cheque o modelo hegemônico de desenvolvimento. Sabemos que toda a ação humana modifica o ambiente. Ela pode gerar profunda degradação ambiental ou se realizar em condições de maior equilíbrio com a natureza. A forma de interação com o meio ambiente é decorrente da opção política, que é feita em determinadas condições econômicas e históricas.

Na atual fase, o sistema capitalista destrói a natureza em escala global, daí falarmos em crise ambiental planetária. Em outras fases da história da



O sistema capitalista é antagônico à preservação da natureza; sua lógica se choca

humanidade, a destruição ambiental não ocorria da forma como ocorre hoje. Ela era grave, causava grandes impactos, como na destruição das florestas nas Américas quando da chegada dos colonizadores europeus. Mas o modelo de produção e consumo não era suficiente para pôr em cheque o equilíbrio do planeta em escala mundial.

Com a revolução industrial, o modelo capitalista de produção e consumo passou a se realizar em grande escala, tendendo a se planetarizar. O argumento dos ideólogos do capital é que o sistema deve produzir cada vez mais para que todos tenham acesso ao consumo e ao bem-estar social. Propagandeiam, assim, o consumismo e o produtivismo como caminhos seguros para a conquista de melhores condições de vida. Mas, na verdade, esse modelo ocasiona o crescimento da exclusão social, o esgotamento dos recursos naturais, principalmente dos combustíveis fósseis, e o desenvolvimento de forças destrutivas – poluição, buraco na camada de ozônio, contaminação da água, ar e solo, etc., pondo em risco a vida no planeta.

O buraco na camada de ozônio prova que a crise ambiental é planetária. Os países industrializados, principalmente os EUA, são os principais responsáveis pela emissão de gases tóxicos que prejudicam a camada de ozônio. No entanto, o buraco se apresentou em grandes dimensões na Patagônia, na Argentina, e em outras regiões não industrializadas. Por mais que as pessoas vivam em harmonia com a natureza nessas regiões, mesmo assim elas estão sendo

afetadas pela crise ambiental planetária.

Isso ocorre porque o capitalismo atingiu escala planetária e também porque, como as ciências demonstram, o planeta tem regras mínimas que garantem seu equilíbrio sutil e nele tudo se relaciona. Assim, não se pode mais pensar num modelo de desenvolvimento que continue a destruir a natureza, o planeta e a vida, incluindo a própria humanidade.

SUPERAR O CAPITALISMO

A crise ambiental planetária é mais um forte motivo para nossa luta contra o capitalismo. Se já sabíamos que o capitalismo baseia-se na exploração dos trabalhadores e é contrário a qualquer projeto que vise a constituição de uma sociedade libertária, hoje sabemos que ele é também antagônico à preservação da natureza. Sua lógica se choca inevitavelmente com a sustentabilidade do meio ambiente e da vida.

O capital transforma o valor de uso das mercadorias em valor de troca. As mercadorias, que deveriam ser produzidas para as reais necessidades humanas (valor

de uso), servem aos interesses das empresas (valor de troca). Assim, o mercado, cada vez mais globalizado e oligopolizado, forja um modelo de consumo que realiza, através da mídia, um verdadeiro culto aos produtos que lhe são mais rentáveis. Os cidadãos são vítimas diárias de pacotes de consumismo, que provocam danos à saúde e ao meio ambiente.

O capitalismo realiza uma produção e um consumo insustentáveis. Ele cria uma verdadeira sociedade do descartável e gera forças destrutivas que prejudicam a saúde humana, desequilibram os ecossistemas e desmantelam as economias locais. Na atual fase neoliberal, que exacerba a lógica de mercado, através das privatizações e do “livre comércio”, a destruição é ainda maior, afetando de um só golpe a natureza, a força de trabalho e o próprio planeta.

A crise ambiental não se manifesta de forma igual no conjunto do planeta. Ela se realiza também em função do modelo de desenvolvimento adotado pelos países. No 1º Mundo, relaciona-se com o consumo suntuoso. Nos EUA, por exemplo, crescem a hipertensão e a obesidade, doenças provocadas pela forma consumista de vida dos estadunidenses. Já no 3º Mundo, a crise se relaciona com um modelo que gerou graves desigualdades sociais, sendo um complicador a mais na longa lista de problemas destes países.

Esta distorção foi apontada no documento da Conferência dos Povos em Quebec, Canadá. Ao

A luta ambiental é parte integrante e indissolúvel das lutas gerais pela emancipação da classe trabalhadora

com a sustentabilidade do meio ambiente e da vida

analisar a situação mundial, ele afirma que 20% mais ricos consomem 80% dos recursos naturais, gerando assim, entre norte e sul do planeta, uma desigualdade social e ambiental jamais vista na história da humanidade.

Conclusão: qualquer luta ecológica, para ser conseqüente, deve se dirigir contra o capital, contra o atual modelo de produção e consumo. Não pode haver ilusões com os projetos favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Eles são importantes, pois indicam que é possível evitar a lógica do capitalismo ou, de forma concreta, apontam atividades capazes de diminuir os danos ao meio ambiente. Mas a

plena vitória da luta ambiental só é possível com a derrota definitiva do capitalismo e a construção de uma nova sociedade. Por esse motivo, as lutas ambientais são partes integrantes e indissolúveis das lutas sociais pela emancipação das classes trabalhadoras.

CONSEQUÊNCIAS DA ALCA

Os que querem a Alca defendem a sua implantação como forma de gerar mais riqueza e prosperidade, criando recursos adicionais à proteção ambiental e à realização do desenvolvimento sustentável. Mas esses argumentos são falsos. A criação da Área de Livre Comércio nas Américas aprofundará ainda mais a mercantilização da natureza, submetendo os ecossistemas e a biodiversidade às leis de mercados e aos ditames das transnacionais, em especial das americanas. De imediato, a Alca teria os seguintes impactos:

Privatização dos recursos naturais. Em função do

esgotamento dos recursos naturais, particularmente da água e da energia, as transnacionais desejam obter o monopólio dessas áreas vitais para a humanidade;

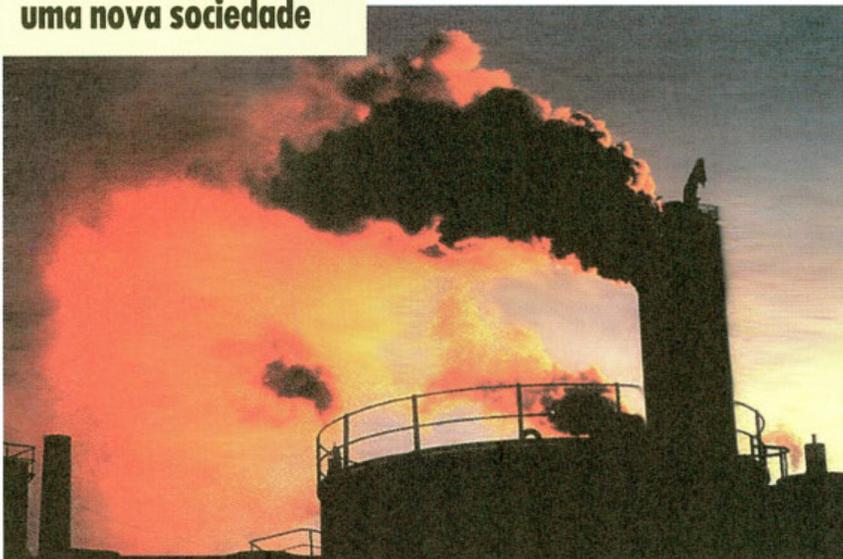
Transferência do poder de decisão e gestão dos recursos naturais do público para o privado. Com a privatização dos recursos naturais virá o enfraquecimento dos estados nacionais e da sociedade civil no controle e na gestão dos mesmos. Isto ampliará a presença das empresas no controle do ambiente público, submetendo-o cada vez mais a sua lógica de mercado;

Enfraquecimento das leis ambientais nacionais e locais e da soberania nacional sobre os territórios e o meio ambiente. A Alca pretende submeter as leis e acordos ambientais, nacionais e internacionais, aos acordos de livre comércio, visando a maior mercantilização da biodiversidade e o controle dos territórios;

Superexploração dos recursos naturais e transferências de "indústrias sujas". Atualmente, os países do 1º Mundo exportam indústrias poluentes rejeitadas em seus territórios e incentivam, no 3º mundo, o aumento da produtividade via exploração dos recursos naturais. A Alca só agravará esse processo;

Intensificação da produção agrícola baseada na monocultura, agrotóxicos, alimentos transgênicos e na hegemonia do grande capital. A Alca é uma forte aliada dos gigantes da indústria agrícola, que querem a liberação dos transgênicos. Isto aumenta o perigo da contaminação ambiental, dos problemas para saúde humana e da retirada do direito universal dos

Os militantes das lutas sociais devem também militar nas lutas ecológicas; do contrário, não haverá uma nova sociedade



trabalhadores rurais às sementes. Com o livre comércio, os que vivem da agricultura familiar teriam dificuldades para garantir a comercialização de seus produtos. Já os latifundiários seriam beneficiados, com o fortalecimento da lógica puramente comercial e monetária da apropriação das terras no campo;

Destruição da biodiversidade. A Alca aprofundará a destruição dos ecossistemas e da biodiversidade. O objetivo das transnacionais é explorar as florestas, principalmente a amazônica, usando sem escrúpulos a biodiversidade, impedindo que as populações locais e indígenas possam realizar o uso sustentável desses recursos. A idéia é aprofundar um neocolonialismo. As multinacionais roubariam nossa biodiversidade e, através da biotecnologia, desenvolveriam novos alimentos e medicamentos, patenteando as fórmulas e comercializando os produtos agora industrializados a preços exorbitantes. Ao invés do pau-brasil de 500 anos atrás, teríamos os produtos da floresta amazônica como a nova fonte de exploração capitalista.

Finalmente, a Alca aprofundará o modelo insustentável de produção e consumo, garantindo a supremacia do império americano sobre o continente.

PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Independentemente da implantação da Alca, o grande capital já tenta garantir a supremacia do mercado internacional. Por isso, é fundamental intensificar a nossa luta contra o neoliberalismo e a

O mercado cada vez mais globalizado forja um modelo, através da mídia, que estimula o culto ao consumismo

chamada globalização capitalista em curso. É preciso esclarecer ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que não há solução definitiva para os problemas que afligem a humanidade no capitalismo.

Do ponto de vista mais geral, devemos ampliar os laços de solidariedade entre os povos das Américas na luta pela verdadeira integração, que só é possível nos marcos do socialismo. A luta pelo socialismo hoje nos coloca a necessidade de construir uma consciência social ampla e, ao mesmo tempo, classista. Nesse sentido, a crise ambiental planetária deve ser encarada como parte da crise geral do capitalismo; a tentativa de destruição do mundo do trabalho e do meio ambiente são faces da mesma moeda.

Só os trabalhadores podem abraçar um projeto conseqüente de saída para a crise, inclusive ambiental. Além de serem os principais afetados, são os únicos com possibilidade de elaborar um projeto de sociedade capaz de tirar o conjunto da humanidade da destruição iminente.

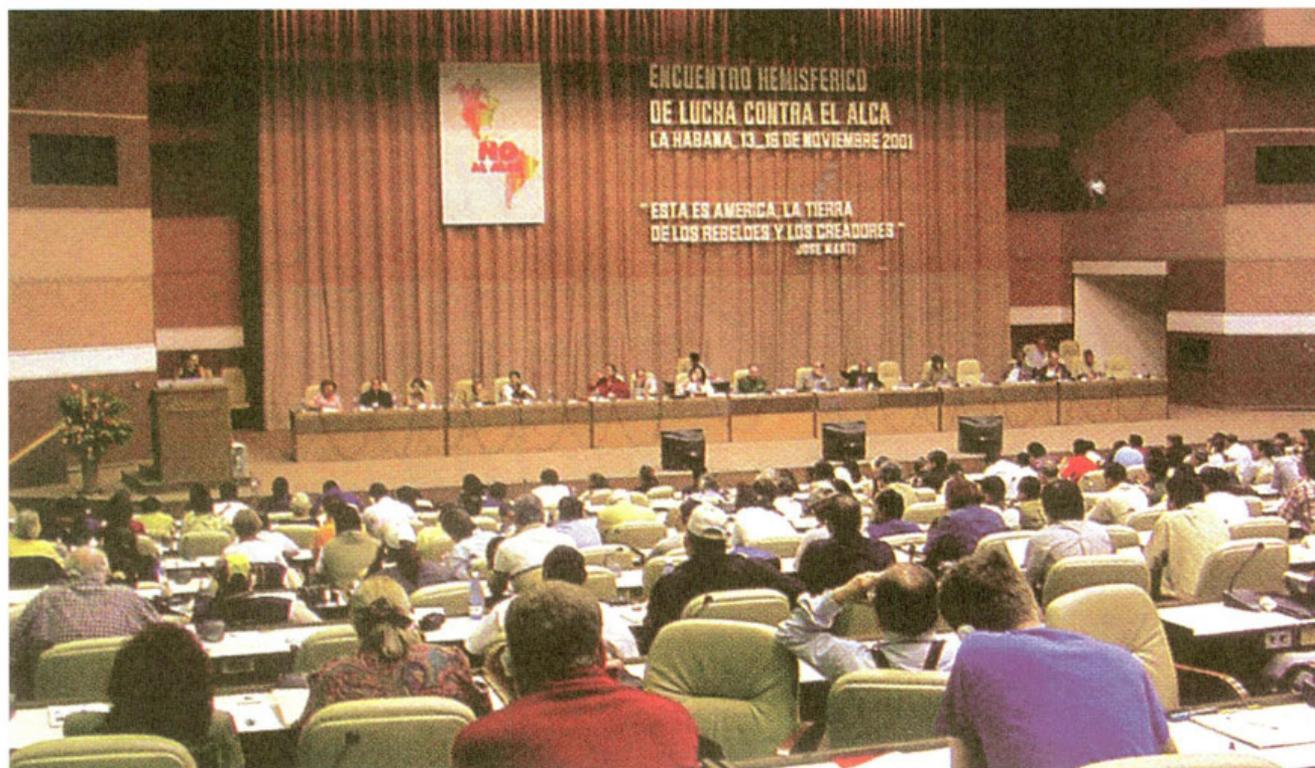
Nesse processo, os movimentos sociais têm um papel decisivo: eles devem incorporar em suas estratégias a defesa do meio ambiente e a luta por um outro modelo de produção e consumo. Sob sua lógica, devem elaborar uma agenda política sócio-ambiental capaz de impedir

a destruição do planeta. É preciso lutar para garantir que o meio ambiente não esteja submetido a qualquer tipo de lei de mercado ou comércio. Afinal, o direito à vida deve estar acima de tudo e deve ser um direito inalienável das espécies.

É também de grande atualidade a luta pela segurança alimentar soberana de todos os povos, conforme seus interesses econômicos, ecológicos e culturais. Nessa perspectiva, a luta contra os transgênicos se coloca na ordem do dia, juntamente com o direito universal às sementes. Essas e outras questões relacionadas à justiça ambiental devem entrar fortemente nas ações dos movimentos sociais.

A defesa do meio ambiente é uma tarefa histórica, urgente e intransferível. Essa luta não deve estar separada da luta mais geral pela transformação social; ao contrário, é parte dela. Mas, para agir com conseqüência, é necessário que os movimentos sociais se engajem e estejam abertos a realizar uma nova relação com a natureza. Os militantes das lutas sociais devem ser também militantes ecologistas, pois não haverá sociedade realmente nova se não houver uma integração maior entre o homem e a natureza. Afinal, somos parte inseparável e indissolúvel dela. Somos a parte que tem condições de antever o futuro e, portanto, de forjar um projeto capaz de libertar a todos do jugo do capital.

Pedro Ivo de Souza Batista é presidente do Instituto Terrazul, membro da Coordenação Nacional da Rede Brasileira de Integração dos Povos contra o Livre Comércio (Rebrip) e da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT



Revista Mais y Mais

A luta hemisférica contra a Alca

No período de 13 a 16 de novembro, um importante evento ocorreu na cidade de Havana, capital de Cuba: o Encontro Hemisférico de Luta Contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Estiveram presentes 800 delegados, representando 245 entidades de 34 países, com o propósito de impulsionar as mobilizações continentais em repúdio à agenda neoliberal e a esse acordo comercial que constitui um processo em marcha

Os plebiscitos que deverão ocorrer em todo o continente serão o ponto alto da mobilização contra este projeto de anexação dos EUA

HELIFAX PINTO DE SOUZA

de anexação e recolonização dos nossos povos. O relato feito pelas delegações dos diferentes países indicou que os problemas existentes, no fundamental, são bem parecidos. A partir dessa constatação, foi possível construir um plano de ação a ser desenvolvido em toda a região.

O encontro aprovou um documento intitulado Consenso de Havana. "Frente ao Consenso de Washington, que estabeleceu a agenda neoliberal nas Américas,

alcançamos um amplo consenso alternativo. O Consenso de Havana está baseado na perspectiva da integração solidária entre iguais, pela conquista da justiça social e do bem-estar de nossos povos. Ao contrário do Consenso de Washington, fundado sobre o fundamentalismo de mercado, temos por objetivo ir construindo uma agenda alternativa, solidária, baseada na globalização dos direitos econômicos, sociais e culturais”, afirma o texto, apresentando uma abordagem bastante avançada, cujo o conteúdo é totalmente diferente do pretendido pelos neoliberais.

O documento sustenta que a Alca, como manifestação da rapinagem imperialista, representa uma opção absolutamente inaceitável para as nações. “Os povos da América lutam por uma integração que tenha como objetivo central construir um verdadeiro desenvolvimento econômico, social e cultural, que tenda a eliminar as enormes desigualdades prevalentes entre os países e entre mulheres e homens. Os povos não podem permitir que nossos governos se submetam à Alca e devem exigir que assumam as suas responsabilidades na definição de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de promoção do bem-estar e da equidade social, sobre a base do respeito à autodeterminação e soberania nacionais”.

A partir dessa compreensão, o encontro elaborou os princípios gerais que devem nortear as relações entre países dentro de uma nova perspectiva. Levou em conta vários aspectos, considerando que um verdadeiro processo de integração deve estar em consonância com a Declaração Universal dos Direitos dos Povos,

“Frente ao Consenso de Washington, que estabelece a agenda neoliberal, o Consenso de Havana está baseado na perspectiva da integração solidária”

que inclui todos os direitos humanos básicos, em sua dimensão civil, cultural, econômica, política e social. Propôs que todo acordo entre países deve incluir, entre outras condições, o reconhecimento das desigualdades e o trato preferencial, nos planos comercial, financeiro e tecnológico, visando equilibrar os níveis de desenvolvimento e impulsionar os programas sociais. O encontro ressaltou que é indispensável fomentar um processo de cooperação internacional, com financiamento para o desenvolvimento por parte das nações mais poderosa, a fim de equilibrar as possibilidades dos países mais empobrecidos.

PLEBISCITO CONTINENTAL

Houve consenso, entre os delegados presentes, na identificação dos principais efeitos perversos da Alca. Entre outros, destacou-se que a concorrência pelo mercado no continente estimulará os “baixos salários, a discriminação sistemática contra a mulher, contra os povos indígenas e os imigrantes, a falta de proteção social e ambiental e a lassitude de suas leis”. Outra consequência é que “se aprofunde o desemprego, como uma pandemia implacável, ao mesmo

tempo em que se multiplicam desmesuradamente as maquiladoras e zonas francas, onde os trabalhadores da América Latina e do Caribe são superexplorados, com salários várias vezes inferiores aos que as corporações pagam em seus países de origem”.

Diante desta devastadora ameaça, o encontro aprovou um plano de ação que visa impulsionar a unidade das organizações do continente na luta imediata contra a Alca. “Convocamos as organizações presentes a este encontro a somar forças na construção de um espaço de consenso político para a elaboração de propostas alternativas de desenvolvimento para os povos das Américas, em contraposição ao atual modelo de desenvolvimento neoliberal”.

O plano propõe, entre outras medidas, o fortalecimento das atividades programadas pela Aliança Social Continental; a realização de protestos massivos em todos os eventos de organismos neoliberais; a pressão sobre os parlamentos para que se posicionem formalmente contra a Alca; e a promoção de uma campanha de formação de lideranças, com o objetivo de multiplicar as atividades de esclarecimento dos setores sociais, “incluindo pequenos e médios empresários”, sobre as intenções deste projeto de anexação dos EUA. A iniciativa de maior impacto contra a implantação da Alca deverá ser o processo de consultas populares e plebiscitos, realizados em todo o continente, para mobilizar os povos e pressionar os governos a rejeitar este acordo. O primeiro plebiscito está marcado para o Brasil, na semana do 7 de Setembro.

Helifax Pinto de Souza é diretor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) e participou da delegação brasileira no encontro em Cuba

A Venezuela sob fogo cerrado

Diretor da CIA inclui “revolução bolivariana” entre os “novos inimigos dos interesses norte-americanos”, revelando a verdadeira matriz da oposição

ORLANDO SILVA JR.

A atual experiência venezuelana é tributária da história de lutas pela independência das antigas colônias. A Caracas do início do século XIX viu nascer a Sociedade Patriótica, um “clube organizado segundo o modelo francês onde os jovens mais exaltados expunham opiniões, sendo livre o acesso inclusive às mulheres e aos que não fossem brancos”. Nela estavam Francisco de Miranda, líder da Proclamação da República em 1811, e Simon Bolívar, que comandou a vitória definitiva sobre os espanhóis em 1819.

Já na segunda metade do século passado, a política venezuelana foi controlada por um acordo de cúpula, o “Pacto del Punto Fijo”, que articulou um bipartidarismo e definiu a alternância de poder entre a Ação



■ Hugo Chávez lidera manifestação em Caracas contra as forças golpistas

Democrática (AD), social-democrata, e o Comitê de Organização Popular Eleitoral Independente (Copei), social-cristão. A crise da dívida externa e a redução dos preços do petróleo agravaram os problemas do país. E o remédio neoliberal resultou na piora do quadro. Segundo Consuelo Iranzo, do Centro de Estudos da Universidade Central da Venezuela, entre 1980 a

1998, os salários caíram 70% em termos reais.

A virada começa em 1989, quando a capital é sacudida por grandes protestos populares, o “caracazo”. É nesse processo de luta que ocorre a insurreição liderada pelo coronel da Aeronáutica, Hugo Chávez, em 4 de fevereiro de 1992. A Venezuela inicia a década de 90 mergulhada na estagnação

econômica, miséria do povo e desmoralização das instituições políticas. Neste cenário se constrói uma alternativa política.

A vitória da coligação Pólo Patriótico, em 1998, com a eleição de Hugo Chávez, representa a ruptura com a orientação das elites e o caminho para uma nova hegemonia. O sistema político do país foi reformulado pela Constituinte. O Estado passou a ser a alavanca do crescimento do país, fato reconhecido pelo próprio Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras (entidade nacional de empresários) e líder da oposição. Em entrevista ao jornal espanhol *El País*, ele afirmou que “o crescimento da economia na ordem de 3% em 2001 só foi possível em função dos investimentos do Estado e da ampliação do consumo, uma vez que praticamente não houve investimentos privados”. Após décadas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento registrou a reversão do crescimento da pobreza em 1999, 2000 e 2001.

CHOQUE DE PROJETOS

Nos últimos meses, o choque de projetos se intensificou com a aprovação de novas leis. A Lei de Terras viabiliza a reforma agrária, permitindo que o Estado exproprie áreas improdutivas; a Lei de Pesca amplia a região dedicada à chamada pesca artesanal, beneficiando milhares de pescadores; e a Lei do Petróleo exige maioria governamental nas *joint ventures* que exploram o recurso e aumenta sua taxa com vistas à ampliação dos investimentos sociais.

Outro fator de tensão é a atual política externa independente. A rearticulação da Organização dos

A resistência: em todo o país surgem milhares de “círculos bolivarianos” que organizam o povo para defender as suas conquistas

Países Exportadores de Petróleo (Opep), movimento estratégico num país em que a venda do petróleo responde por 80% da sua receita econômica, resultou em visitas ao Iraque e Líbia, inimigos mortais dos EUA. Mais ainda, a Venezuela coopera com Cuba, recusa a orientação do FMI e critica o Plano Colômbia e a Alca.

A opção da Revolução Bolivariana por um caminho alternativo ao “pensamento único neoliberal” gerou forte reação. A frente interna anti-Chávez é composta pelos partidos conservadores que se alternaram no poder por décadas; setores do empresariado que se beneficiaram do controle dos negócios públicos; o latifúndio que não aceita a reforma agrária; o sindicalismo pelego; e pela grande mídia, porta-voz das elites. Recentemente, alguns oficiais das Forças Armadas fizeram discursos para desestabilizar o regime, mas aparentemente não encontraram acolhida no conjunto das instituições militares.

Além disso, o país é vítima de ataques especulativos, sendo obrigado a queimar parte das suas reservas e a desvalorizar a sua moeda. Mais recentemente, a diplomacia dos EUA partiu para a ofensiva, revelando qual a verdadeira matriz da oposição. O diretor da CIA, George Tenet, disse no Senado que “pode estar

se iniciando uma nova fase, e muito dura, da luta social na América Latina”, com “novos inimigos aos interesses norte-americanos” e que “a crise venezuelana pode ampliar-se a outros países da região”. O jornal *Washington Post* alfinetou: “Ou o presidente venezuelano muda o rumo de sua atual política ou corre o risco de não terminar seu mandato, previsto para 2005”. Já o FMI publicou nota dizendo que pode “respalidar um eventual governo de transição”, numa defesa explícita de um golpe de Estado.

A Revolução Bolivariana está sob fogo cerrado, mas articula a resistência. Em todo o país são criados milhares de “círculos bolivarianos”, organizando o povo para defender suas conquistas. Trabalhadores, mulheres e jovens realizam manifestações que se confrontam com a reação. Em recente artigo na revista *Teoria e Prática*, o dirigente do Partido Comunista da Venezuela, Carolus Wimmer, garante que “a revolução bolivariana é um processo democrático, pacífico e popular, com uma estrutura organizativa cívico-militar, não é uma revolução desarmada”, dando a dimensão que pode ter a resistência.

A pressão norte-americana e das elites locais deve se intensificar no próximo período. A resistência do nosso vizinho andino é um alento para a construção do caminho de ruptura com a atual ordem mundial. A sua luta é a nossa luta por um novo rumo. Que a força de Bolívar inspire a luta venezuelana e a conduza a vitórias, abrindo caminho para a pátria latino-americana.

Orlando Silva Jr. é graduando em ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP)

GUERRA NA COLÔMBIA

No ano passado, 125 sindicalistas foram assassinados na Colômbia. Esquadrões da morte são financiados, segundo denúncias, até por multinacionais. Em junho, o presidente da União Nacional dos Trabalhadores de Bebidas foi assassinado. Um mês depois, entidades de trabalhadores entraram com ação na Justiça, em Miami, contra a Coca-Cola, acusando-a de usar paramilitares para assassinar, torturar e seqüestrar líderes sindicais.

VIOLÊNCIA DA CIA

Em declarações quase simultâneas, o secretário de Estado, Colin Powell, e o diretor da CIA, George Tenet, expressaram o que o governo Bush pensa da América Latina. Tenet mencionou como “máxima preocupação” a guerrilha colombiana, os ativos partidários de Hugo Chávez e as massas enfurecidas da Argentina. Powell falou de “elementos irritantes” da política do presidente da Venezuela.

MORTES NA BOLÍVIA

O saldo da violência na Bolívia nos últimos seis meses registra um morto por semana e um ferido por dia. A repressão é mais intensa nas regiões produtoras de folhas de coca. O deputado Evo Morales, líder dos cocaleros, foi expulso do parlamento. Paramilitares e um corpo de elite da polícia conhecido com “Os Dálmatas” cometem crimes impunemente. A repressão faz parte do plano norte-americano de controle militar da Amazônia e dos Andes. O Congresso dos Estados Unidos aprovou remessa de US\$ 128,5 milhões para a Bolívia “combater o narcotráfico”, como parte da “Iniciativa

Andina”, uma operação de presença militar na Bolívia, Colômbia e Equador. Bush estará no Peru em 23 de março e convocou reunião com presidentes desses países para tratar da expansão do “Plano Colômbia” e da Alca.

GREVE NO EQUADOR

Uma greve geral parou o Equador nos dias 20 e 21 de fevereiro, com protestos em comemoração ao levante que derrubou o então presidente Jamil Mahuad em 2000. Em seu lugar assumiu Gustavo Noboa. Seu irmão Ricardo, à frente do “Conselho Nacional de Modernização”, é o principal artífice da tentativa de privatização do setor elétrico – alvo dos protestos.

O URUGUAI PAROU

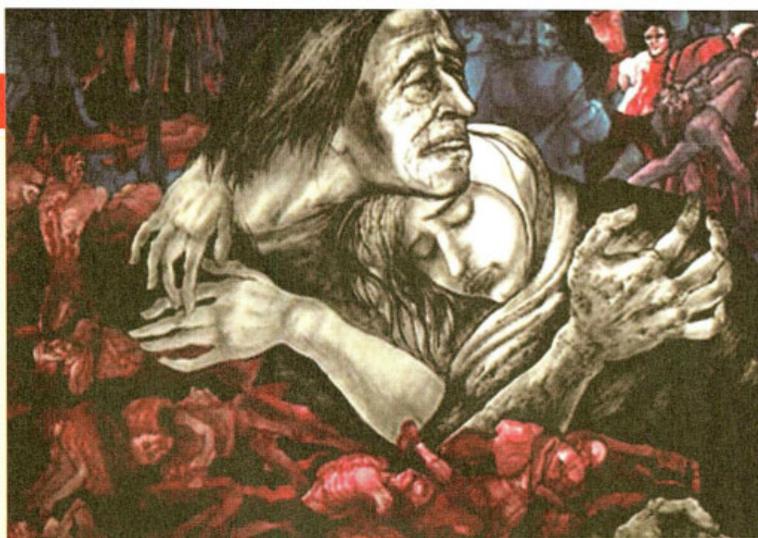
Trabalhadores uruguaios realizaram nova greve geral no dia 24 de janeiro contra a política econômica do presidente Batlle. Indústrias, bancos, serviços públicos e transportes pararam.

RISCOS NO PARAGUAI

No dia 8 de janeiro, milhares de paraguaios participaram de um “panelaço” contra a crise econômica em frente à Casa de Governo. As organizações que promoveram o ato denunciam que o país caminha para uma explosão social semelhante à da Argentina.

DEMISSÕES NOS EUA

A Ford, abalroada pela



recessão norte-americana, anunciou que fechará cinco fábricas e demitirá 35 mil trabalhadores. A GM demitiu 2.850 no ano passado.

CRISE NA McDONALD'S

O McDonald's anunciou o quinto declínio trimestral consecutivo de seus lucros. O grupo diz que a queda é causada por “despesas de reestruturação” – ou seja, custos com demissões. Na França, trabalhadores em greve ocuparam a maior unidade de Paris, reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

CANAL DA MANCHA

A Eurostar, que administra o serviço de trens sob o Canal da Mancha, foi paralisada por uma greve simultânea na França e Inglaterra. Na Inglaterra, trabalhadores ferroviários realizaram greve por melhores salários e exigindo providências contra o sucateamento do sistema privatizado.

RECORDE NO JAPÃO

Em dezembro, o Japão atingiu o maior índice de desemprego desde a década de 50. O país se arrasta com uma recessão desde 1990, quando estourou a bolha especulativa que tem provocado fechamento de milhares de empresas.

80 anos da ação comunista

O Partido Comunista do Brasil completa 80 anos de existência em 25 de março. Devido à sua presença destacada no sindicalismo, a *Debate Sindical* publica uma série de quatro artigos sobre esta rica história

AUGUSTO BUONICORE

DAS ORIGENS À REVOLUÇÃO DE 30

Os anos entre 1917 e 1920 foram marcados por uma onda grevista jamais vista na história do Brasil. No entanto, as vitórias alcançadas não ficaram à altura das movimentações ocorridas. Muitas das conquistas arrancadas durante as greves não conseguiram ser mantidas e o movimento operário e sindical entrou em refluxo. Mas quais as razões para estas derrotas?

Em primeiro lugar existiam razões de ordem objetiva. Apesar de combativos, os operários constituíam uma minoria absoluta da população brasileira, eram ilhas de modernidade no mundo rural e oligárquico. Ainda



Jesus Carlos

predominava o trabalho em pequenas oficinas, embora já se constituíssem grandes empresas com milhares de operários. Em segundo lugar, existiam razões de ordem subjetiva, ligadas à hegemonia do anarco-sindicalismo no movimento sindical brasileiro nos primeiros anos do século XX.

Os anarco-sindicalistas eram espontaneístas e se prendiam quase exclusivamente à luta econômica corporativa. Negavam a necessidade do proletariado se organizar em um partido revolucionário e travar a luta de classes no campo da política. Questões estratégicas, como a luta pelas liberdades democráticas (eleições livres, voto secreto, direito de voto para as mulheres, analfabetos e imigrantes), pela reforma agrária e a defesa das

bandeiras antiimperialistas, passavam ao largo das reivindicações anarquistas.

Num país dependente, composto por uma população de maioria camponesa, dirigido por uma oligarquia que excluía a imensa maioria da população da participação política e dos direitos sociais mínimos, estas seriam questões que poderiam ampliar a força e trazer importantes aliados para o lado dos operários. O sectarismo anarquista isolava os operários e facilitava a repressão exercida pelos governos oligárquicos, para os quais a questão social era uma questão de segurança pública.

Outro fator que contribuiu para o agravamento da crise do anarquismo foi a vitória da Revolução Russa, dirigida pelos bolcheviques, que mostrou um

no sindicalismo brasileiro

outro caminho: o da organização do proletariado em partido político e como classe no poder. Uma conseqüência direta dos embates políticos no interior da vanguarda do proletariado a partir de 1917 foi a fundação do Partido Comunista do Brasil (sigla PCB) em março de 1922. Este foi um dos marcos da crise final do anarquismo brasileiro.

EMBATE COM OS ANARQUISTAS

O Congresso de fundação do PC do Brasil iniciou-se em 25 de março e contou com a participação de nove delegados representando 73 comunistas. A grande maioria desses militantes era de operários oriundos do movimento anarquista e de ativistas sindicais. Portanto, o Partido Comunista, desde a sua formação, tinha a marca da classe operária brasileira.

Os seus primeiros anos foram marcados pelos embates com os anarco-sindicalistas e sua concepção sindical. Astrojildo Pereira, em artigo publicado em junho de 1922, afirmou: “O proletariado(...), em sua fração mais avançada e mais combativa, procura reerguer-se do descalabro em que se deixara abater pela reação burguesa(...) reagrupando e reforçando as hostes dispersas (...). Há de considerar, em primeiro lugar, que os sindicatos, para valerem como tais, devem associar as grandes massas de assalariados e não apenas insignificantes frações tendenciosas ou sectárias”.

Para ele, deveria se derrotar a política estreita implantada pelos

anarquistas e transformar os sindicatos em organizações unitárias e de massa. Astrojildo defende a participação nas organizações dirigidas pelos “amarelos”. Estas viviam à margem do movimento operário real e a culpa por este afastamento seria do “revolucionarismo inábil e inepto que não as têm sabido conquistar” (Astrojildo Pereira). Esta política ampla e flexível era inconcebível para os doutrinários anarquistas.

No início de 1923, os comunistas fizeram um acordo com a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), dirigida por Sarandy Raposo, de tendência “amarela”, e passaram a divulgar as suas opiniões numa seção sindical publicada diariamente em *O País*, jornal burguês de ampla circulação. No mesmo ano, os comunistas estiveram à frente da greve dos gráficos de São Paulo. Ela durou mais de um mês e foi uma das mais importantes do período. O dirigente nacional do PCB, João da Costa Pimenta, era o secretário-geral da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo.

Entre 1923 e 1924 os comunistas já haviam alcançado

O sectarismo dos anarquistas isolava os operários, que eram duramente reprimidos pelo poder oligárquico

importante influência no movimento sindical no Rio de Janeiro. Conseguiram conquistar a direção dos sindicatos dos gráficos, metalúrgicos, barbeiros, padeiros, do Centro Cosmopolita, que congregava garçons e cozinheiros, da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, da Associação dos Marinheiros e Remadores, da União dos Alfaiates. Em São Paulo, conquistaram os sindicatos dos gráficos, dos calçados, dos empregados em cafés e restaurantes.

ESFORÇO UNITÁRIO

Neste período, os comunistas tentaram unificar o movimento sindical carioca em torno da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), dirigida por sindicalistas amarelos. Defendiam que através dela poderia ser construída a unidade dos trabalhadores, “sem distinção de tendências”. Os anarquistas não aceitaram a proposta de unidade e fundaram a Federação Operária do Rio de Janeiro (Edgard Carone).

Segundo Astrojildo Pereira, a política sindical anarquista seria uma política de divisionismo. “Para os anarquistas, a organização sindical deve ser construída à base idealística, doutrinária, política. Que sindicatos das várias tendências se federem à parte segundo as tendências comuns a cada grupo(...) Tudo separado! Federação anarquista de um lado, Federação comunista de outro lado, federação amarela ainda de

A vitória da Revolução Russa, dirigida pelos bolcheviques, contribuiu para o

outro lado ... Ora, esta é também a opinião da burguesia. Quando mais dividido estiver o proletariado, melhor para ela”.

Em 1924, ocorreram dois primeiros de maio no Rio de Janeiro, um convocado pelo PCB, pela CSCB de Sarandy Raposo e outras organizações. Neste ato inúmeras lideranças comunistas utilizaram a palavra. O outro ato foi convocado pela federação anarquista. Deste participaram apenas 500 trabalhadores, refletindo o refluxo do movimento anarquista no Rio de Janeiro.

No final de 1925, o PCB lançou uma campanha pela formação da Confederação Geral dos Trabalhadores. Os comunistas foram os primeiros a apresentar a proposta de substituição dos sindicatos profissionais e de ofícios, defendidos pelos anarquistas, pelos sindicatos de indústria. Levantaram a consigna de “todos os operários e todos os empregados de uma empresa devem ser membros de um só sindicato”. Estes sindicatos por indústria e ramo de produção

Entre 1923/24, os comunistas já tinham alcançado forte influência no sindicalismo do Rio de Janeiro

deveriam ser a base do novo sindicalismo brasileiro.

Entre 25 abril e 1º de maio de 1927 foi dado o primeiro passo para unificação do sindicalismo brasileiro com a realização do congresso que fundou a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro, hegemônica pelos comunistas. O seu primeiro secretário foi Joaquim Barbosa, que era também secretário sindical nacional do PCB. Foi aprovada, então, a proposta comunista de se caminhar para a constituição da CGT. No primeiro de maio de 1927, realizou-se na Praça Mauá um grande ato público com forte participação comunista e com a presença de cerca de 10 mil trabalhadores.

Como resposta ao crescimento do movimento operário, o deputado Aníbal de Toledo propôs um projeto de lei antioperário, que ficaria conhecido como Lei Celerada. Ela tornava inafiançável o ato “criminoso” de “desviar os operários e trabalhadores dos estabelecimentos em que forem empregados, por meio de ameaças e constrangimento” e “provocar suspensão de trabalho por meio de ameaças ou violências, para impor aumento ou diminuição de serviço ou salário”. A lei ainda autorizava o governo a fechar as entidades e jornais operários. O projeto foi aprovado por amplíssima maioria e promulgado em 12 de agosto de 1927.

Entre 26 de abril e 1º de maio de 1929 realizou-se o Congresso Operário Nacional, que reuniu cerca de 100 delegados de todo o país. Neste congresso foi fundada a CGT e o intendente (vereador) comunista Minervino de Oliveira foi eleito primeiro secretário da central. Em 1929, os gráficos de São Paulo realizaram uma nova greve que duraria 72 dias. O governo fechou a União dos Trabalhadores Gráficos e prendeu sua comissão executiva. Formou-se o Comitê de Defesa Proletária. A CGT organizou atos de



O PCB, impregnado pelo esquerdismo, decide não participar do movimento que resultou na vitória de Getúlio Vargas

agravamento da crise do anarquismo no Brasil

solidariedade em São Paulo e no Rio de Janeiro.

ESQUERDISMO EM 1930

Em outubro de 1930, eclode o movimento armado contra o regime. A oposição, que articulava os “tenentes” e setores descontentes das próprias elites, depois de derrotada nas urnas graças à manipulação das eleições e do assassinado de João Pessoa, candidato a vice-presidência na chapa de Vargas, precipitou um levante.

O PCB, impregnado pelo esquerdismo e obreirismo, decidiu não participar do movimento, encarando-o como uma luta entre grupos oligárquicos, com apoio do imperialismo inglês e norte-americano. No entanto, as massas populares apoiaram os revoltosos e realizaram grandes manifestações contra o governo deposto. Em várias cidades, militantes e simpatizantes comunistas acabaram apoiando o movimento armado. O PCB se esvaziou politicamente e começou uma fase de refluxo que duraria alguns anos.

Em janeiro de 1931, poucos meses depois da vitória aliancista, o PCB, através da CGT, resolveu realizar uma Marcha Contra a Fome. No manifesto, em tom provocador, afirmava: “Basta, camaradas! Não toleraremos mais esta situação de miséria e fome! Compareçamos todos à nossa ‘Marcha da Fome’ e tomemos à força o que de direito nos cabe! Contra o governo, contra a polícia, contra a burguesia, organizemos a nossa



demonstração, assaltemos armazéns e levemos o pão para os nossos filhos. Assaltemos as ‘casas de pasto’ e matem os a nossa fome no dia 19. A postos camaradas! Todos à Marcha da Fome (...) Viva a Confederação Geral do Trabalho”. A manifestação foi proibida pela polícia, que prendeu vários dirigentes comunistas.

Em resposta à Marcha da Fome, as organizações sindicais pró-governo realizaram uma grande manifestação, reunindo cerca de 15 mil trabalhadores, em apoio a Getúlio Vargas e ao seu novo ministro do Trabalho, Lindolfo Collor. Estava se iniciando uma nova fase do sindicalismo brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos*. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1978.
- Octávio Brandão. *Combates e Batalhas*. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1978.
- Edgard Carone. *Classes Sociais e Movimento Operário*. Editora Ática, São Paulo, 1989.
- Edgard Carone. *PCB (1922 a 1943)*. Editora Difel, São Paulo, 1982.
- John W.F. Dulles. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977.
- Astrojildo Pereira. *Construindo o PCB (1922-1924)*. Editora Ciências Sociais, São Paulo, 1980.
- Astrojildo Pereira. *Formação do PCB (1924-1928)*. Editora Prelo, Lisboa (PO), 1976.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais na Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

A estratégia política

A despeito do apoio da burguesia e do seu *gangsterismo*, o modelo da Força Sindical tem bases objetivas que explicam o seu crescimento

PATRÍCIA TRÓPIA

Quando a Força Sindical (FS) surgiu no cenário brasileiro, em março de 1991, distinguindo-se da CGT e opondo-se à CUT, seu futuro era incerto. Sociólogos políticos ponderaram sobre as dificuldades que uma central, fundada predominantemente no setor industrial privado, teria num momento de avanço do sindicalismo do setor público e de trabalhadores rurais. Mesmo considerando a vitória de Collor e do projeto neoliberal, bem como o destaque alcançado na mídia pelo sindicalismo de resultados no final dos anos 80, era, de fato, difícil imaginar que, passados dez anos, a central cresceria, em número de sindicatos filiados, mais de 1.000%.

Com uma prática que combinou um sindicalismo ativo economicamente com uma atuação política conservadora, de direita, a FS tinha, inicialmente, um ambicioso projeto: ser a



Jesus Carlos

A crítica da FS à partidarização dos sindicatos não se sustenta; é uma mera construção ideológica

principal central sindical do país – desbancando a CUT e engolindo a CGT –, derrotar as iniciativas progressistas e populares e bloquear a luta de resistência do movimento sindical ao modelo neoliberal. A CUT continua sendo a maior e mais importante central brasileira e a CGT sobreviveu. Porém, a FS fortaleceu seu projeto, conquistou alguns importantes sindicatos e construiu um espaço de poder, cujo enfrentamento deve ser também teórico [1]. Procurarei apresentar neste artigo as principais estratégias da FS.

GOVERNISTA E PRAGMÁTICA

Buscando não ser identificada como uma central restrita ao uso dos recursos da máquina sindical, como as CGTs e USI, e combatendo a CUT, a FS construiu um modelo de

sindicalismo até certo ponto inovador. Evidentemente, não abriu mão dos recursos políticos e financeiros advindos da estrutura sindical oficial nem do apoio dos sindicatos pelegos – em seu congresso de fundação constatou-se a existência de inúmeros sindicatos pequenos e sem atuação política. Mas a FS acrescentou ao governismo o que os seus expoentes denominavam pragmatismo, ou seja, práticas de enfrentamento grevista. A mobilização grevista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, até hoje a principal base da central, variou na década de 90, mas foi intensa [2].

da Força Sindical

Foram sendo incorporadas à estratégia da “greve dominó” (empresa após empresa) as greves de categorias, uma greve geral em 1996, campanhas unificadas com metalúrgicos de Guarulhos, Osasco e do ABC e os “festivais de greves” com a CUT, em 1996 e 1999. No plano grevista, a principal base da FS mostrou-se ativa. Houve também campanhas com outras centrais, motivadas pelo crescimento do desemprego: refiro-me aos acordos do setor automotivo, aos programas de qualificação profissional, às campanhas pela redução da jornada de trabalho para 40 horas e por políticas emergenciais de emprego. Destacamos, por fim, a iniciativa da central de criar um Sindicato Nacional de Aposentados em 2000, que tem mobilizado os aposentados para algumas campanhas.

É no plano político-ideológico que a natureza conservadora da FS melhor se expressa. A crítica do sindicalismo de resultados à partidarização dos sindicatos revelou-se uma construção ideológica. A trajetória de Medeiros e de Paulo Pereira da Silva não deixa dúvidas quanto à inserção política. Mas, não somente a trajetória partidária das lideranças é conservadora. Politicamente, a FS sustenta o modelo econômico conservador, monopolista, pró-imperialista e antipopular nos anos 90. Para tanto, atua em duas frentes: a primeira, e mais destacada pelos críticos, é a oposição à CUT e ao MST (a criação da Força da Terra é a mais recente investida da FS, contra a luta popular pela reforma

agrária). A segunda frente é propositivamente neoliberal.

Supremacia do mercado e antiestatismo eram as palavras de ordem que justificavam a política pró-reformas neoliberais defendida pela FS. Com dois meses de existência, a central não participa da greve geral de protesto contra a política econômica do governo Collor de maio de 1991 convocada pela CUT e CGT, cujo preço do boicote foi a aprovação de verbas pelo governo para a construção de uma sede-escola para os metalúrgicos de São Paulo. Milita contra as greves de oposição à política neoliberal de FHC que eclodiram em maio de 1995 – entre elas, a histórica greve dos petroleiros. Participa ativamente dos processos de privatização da Usiminas e da CSN, sem o que, provavelmente, os leilões teriam menor êxito. A FS tinha recém conquistado a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga quando houve o leilão de privatização da Usiminas em 1991. Medeiros e Luiz Carlos de Faria, então presidente do sindicato, fizeram intensa campanha pela privatização entre os funcionários, defendendo a

participação deles na compra de lotes de ações. Para isso, contaram com o apoio do governo Collor e da direção da empresa. Como de praxe, criticavam a linha de resistência adotada pela CUT naquele momento.

PRIVATIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

A mesma estratégia utilizada em Ipatinga foi importada para Volta Redonda. Na CSN, o embate foi muito mais duro, pois enfrentaram a resistência operária e a da CUT. Todavia, o engajamento da FS na privatização foi tão consistente que um diretor da empresa afirmaria: “Os empregados da estatal estão sob o comando da FS e, por isso, não é motivo de grandes preocupações quanto a manifestações contrárias à privatização” [3]. Outro exemplo da atuação da central na defesa das privatizações ocorre por ocasião da venda da Mafersa em 1995, quando a central, diante da possibilidade de adiamento do leilão, chega a mobilizar os trabalhadores para uma greve de protesto.

A central resistiu até o final de agosto de 1992 a apoiar o movimento pelo *impeachment* de Collor, quando este já tomava uma dimensão nacional e popular. Naquele momento, até a Fiesp passava a atuar de forma mais ativa junto ao movimento “pela ética na política”, liberando os pontos dos operários para que participassem das manifestações ocorridas em São Paulo. A FS aderiu, mas sob condições: a

Divisão na base da central é um indício das dificuldades do modelo neoliberal, que o campo cutista pode aproveitar

Politicamente, a central sustenta o modelo econômico conservador, monopolista,

continuidade das mudanças iniciadas pelo governo Collor, a manutenção da política de privatização e de abertura da economia brasileira deveriam ser garantidas.

As investidas da FS pela desregulamentação dos direitos trabalhistas são significativas. As lideranças do sindicalismo de resultados já tinham cumprido seu papel antipopular e conservador ao barrarem, ao lado do Centrão, as propostas de redução da jornada de trabalho e de estabilidade no emprego por ocasião da Constituinte. Quando a central foi criada, defendia-se a flexibilização das relações de trabalho. Porém, os primeiros tiros foram desferidos contra os servidores públicos. Até a votação da reforma administrativa, a central bateu firme na defesa do desmonte dos direitos dos funcionários públicos (quebra da estabilidade) e posteriormente apoiou a emenda que criava a contribuição previdenciária de 11% sobre os rendimentos dos servidores aposentados. Quando, então, começa a votação da reforma da previdência, desmontando também a aposentadoria do setor privado (aumento do tempo de contribuição, fim da aposentadoria por idade), a central vacila. Pois bem, durou pouco a resistência.

Justificando tratar-se de medidas de criação de emprego, a FS propôs ao governo formas de flexibilização das relações de trabalho. A Lei 9.601/98 acabou instituindo o Contrato Temporário de Trabalho, que na prática já vinha sendo adotado desde 1996 pelos metalúrgicos de

São Paulo. Face à ineficácia da medida, não demorou muito e o governo, diante do aumento do desemprego, instituiu o *lay-off* (suspensão temporária), com o aval da central. No ano de 2001, por ocasião da votação da mudança no artigo 618 da CLT, a posição da direção nacional da FS foi exemplar. Apoiou a proposta que, se aprovada pelo Senado Federal, poderá flexibilizar os direitos trabalhistas. Como entender a expansão de uma central sindical que apóia políticas conservadoras e antipopulares?

Com um programa socialista, movimento operário tem outras armas para enfrentar as organizações sindicais de direita

RAZÕES DO CRESCIMENTO

Nossa resposta rejeita, desde já, teorias conspiratórias. A despeito do apoio da burguesia e do governo à central, a par do *gangsterismo* denunciado pelas oposições [4], este modelo sindical tem bases objetivas. A ação reivindicativa da FS parece responder a alguns interesses econômicos imediatos de sua principal base social, os metalúrgicos. O discurso antiestatista, propagandeado pela central, atrai também seus filiados, predominantemente trabalhadores do setor privado

(sem direito à aposentadoria integral e à estabilidade no emprego; usuários dos precários serviços públicos de saúde e de educação). Por fim, uma outra estratégia vem se constituindo como fonte de recursos públicos, de novos filiados do setor formal e informal da economia e, conseqüentemente, de sobrevivência da central. Trata-se do sindicalismo de serviços.

Como sabemos, o peleguismo era sustentado pelo imposto sindical e pelos serviços assistenciais que uma restrita base de associados usufruíam. A CUT surgiu em 1983 opondo-se à estrutura sindical oficial, ao assistencialismo e ao peleguismo. Hoje as centrais estão integradas a esta estrutura, via verbas públicas, particularmente do FAT. A FS recebe a maior soma de recursos do FAT, com os quais sustenta uma agência de empregos, cursos profissionalizantes e inúmeros serviços assistenciais, os quais numa conjuntura de desemprego e de desmonte dos direitos sociais podem ter algum efeito imediato sobre as condições de vida dos trabalhadores, particularmente dos informais e aposentados [5]. Parece ser esta a meta da central, ao investir, com o apoio da burguesia, em *shows* e sorteios de prêmios não apenas para seus associados. Esta política de atração de sindicatos e de trabalhadores informais, através da propaganda de expansão dos benefícios, é uma estratégia providencial ao sindicalismo de direita e aos governos neoliberais; afinal, o sindicato pode crescer onde o governo deixa, cada vez mais, de atuar.

A FS sobreviveu e cresceu

pró-imperialista e antipopular nos anos 90

O apoio da Força Sindical às políticas neoliberais não é homogêneo; as dissidências no seu interior não devem ser menosprezadas na luta política

apoiando-se nestas estratégias: combatividade na base, sindicalismo de serviços e privatismo. O apoio da FS às políticas neoliberais não é, entretanto, homogêneo. São poucas as dissidências no interior da central frente ao modelo neoliberal, mas elas não devem ser menosprezadas na luta política. As consequências perversas da política de abertura econômica levaram a central a criticá-la, bem como a organizar demandas por políticas compensatórias ao

desemprego. Quanto às privatizações, destacamos a proposta da central para o enfrentamento da crise energética, que inclui a suspensão temporária dos leilões das empresas de energia. Por fim, uma divergência ocorreu durante a votação do Projeto de Lei 5.843/01, que altera o art. 618 da CLT. Diferentemente da cúpula nacional, dirigentes da Força de São Paulo mobilizaram-se e protestaram, em Brasília, contra o projeto de flexibilização das relações de trabalho, ao lado da CUT. A divisão na base da central é um indício das recentes dificuldades do modelo neoliberal no Brasil, que o campo cutista pode aproveitar.

Fazer frente à FS é tarefa do movimento sindical combativo. É verdade que violência, manipulação e cooptação são históricos recursos da direita. Entretanto, é importante acrescentar ao debate sobre a direita sindical as categorias legadas pelo materialismo

histórico, em que ideologia e política são objetivas e têm bases sociais e materiais. Por sua vez, as táticas de enfrentamento à central não podem se restringir ao campo da estrutura sindical oficial – via conquista eleitoral, por exemplo. A estratégia de combate deve ser mais ampla. Nos anos 80, a CUT acumulou vitórias sobre o peleguismo, denunciando a estrutura sindical e lutando contra o modelo econômico conservador. Além de retomar estas bandeiras, o movimento operário pode, à medida que lutas antiliberais vão surgindo, avançar na construção do programa socialista. Com um programa socialista em pauta, o movimento operário tem outras armas para confrontar correntes e organizações sindicais de direita.

NOTAS

- 1- Em 2001, a FS conquistou os sindicatos dos Condutores de São Paulo e dos Metalúrgicos de Ipatinga.
- 2- Segundo nosso levantamento junto ao Boletim do Dieese, a média de greves do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no período de 1991/96, foi de 77,8 paralisações por ano.
- 3- Apud Edilson Gracioli. *Privatização e formação sindical: de um projeto classista à parceria*. Campinas, IFCH/Unicamp, Tese de Doutorado, 1999, pág. 276.
- 4- Cláudio Gonzalez. "A cooptação faz a Força". *Debate Sindical*, número 39, set/nov. de 20001.
- 5- Em 2000, a Força Sindical/São Paulo consumiu 40% das verbas do FAT.



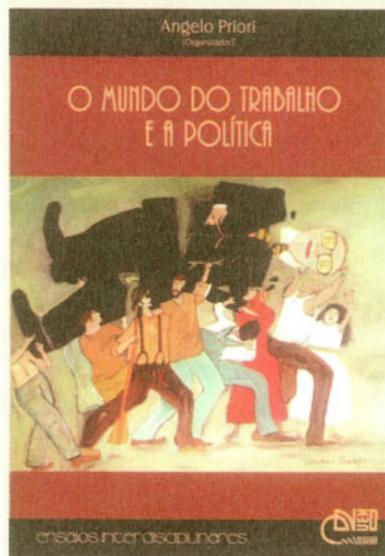
Patrícia Vieira Trópia é professora da PUC/Campinas e integrante do conselho editorial da revista *Crítica Marxista*

As relações trabalhistas e a ação coletiva

O livro “O mundo do trabalho e a política”, organizado pelo historiador Angelo Priori, agrupa nove ensaios de estudiosos que integram o Programa de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PR). Esse programa está associado à Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho), organização que abrange 80 universidades brasileiras.

Chama a atenção, já no primeiro ensaio, a análise rica em referências a respeito da “flexibilização” da legislação trabalhista. Citando posições controversas, o autor oferece importantes elementos para a polêmica existente no meio sindical – particularmente no campo da CUT. Pontuando o debate na questão da geração de emprego, o ensaio recusa a tese das classes dominantes de que a redução dos encargos trabalhistas levaria ao aumento do número de contratações; mas, contraditoriamente, o autor aceita a idéia da “reforma das leis que regem as relações trabalhistas” por estas estarem “totalmente ultrapassadas” e serem “inaplicáveis e inadequadas para as novas relações que vão surgindo”.

No segundo ensaio, a autora faz uma crítica “ao pensamento reducionista” da reestruturação produtiva. Para ela, a tentativa de vários autores que tomam a crise como expressão do “esgotamento do processo técnico ou ainda como crise do modo de regulação fordista” enfatizaria “o primado tecnológico-organizacional sobre as demais condições históricas e sociais”. Guiada por uma precisa



O mundo do trabalho e a política.
Angelo Priori (org.).
Editora Eduem,
Maringá (PR), 2000

POR OSVALDO BERTOLINO

seqüência de fatos que levaram à crise iniciada nos anos 70, a análise chega à interessante conclusão de que “um conjunto de novas contradições e conflitos engendra novas formas de contestação à ordem produtiva capitalista”. A crise contemporânea, portanto, diz ela, é de representação e de direção intelectual e moral.

O livro traz ainda dois capítulos dedicados ao trabalho no campo, com pormenores preciosos a respeito da legislação rural trabalhista e do impacto da globalização para os trabalhadores agrícolas. Outro ensaio que chama a atenção é o que trata das cooperativas de trabalho. O texto, amparado numa exuberante citação de dados, percorre a trilha deixada pelo “processo de desenvolvimento globalizado do capitalismo” para introduzir o tema. “No passado, falávamos em

uma divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos apenas. Hoje, temos em toda parte a pobreza e a riqueza, crescendo mais a primeira”, diz a autora. “No Brasil, as formas de trabalho que estão predominando não são necessariamente assalariadas”. Embora com algumas formulações imprecisas, como a de que as cooperativas podem “reter para o grupo de seus associados a ‘mais-valia’ que numa relação de trabalho fica em poder do empregador”, o ensaio chama a atenção para as “empresas travestidas de cooperativas”. Infelizmente, a autora encerra o texto fazendo conclamações simplistas para que capital e trabalho se juntem num “trabalho organizado coletivamente”.

Uma análise das origens e evolução da tendência Articulação, hegemônica no interior do PT, encerra o livro. O autor percorre a trajetória da Articulação fundamentado num farto material de pesquisa, o que demonstra sua dedicação ao tema. Com a polêmica na mão, ele fustiga a tendência majoritária petista com afirmações como essa: “Sua força oculta sua vulnerabilidade. Primeiro porque sua heterogeneidade dificulta a formação de um núcleo dirigente com uma estratégia definida (as formulações a que chega são mediadas pela necessidade de atender aos diversos interesses coletivos e individuais)”.

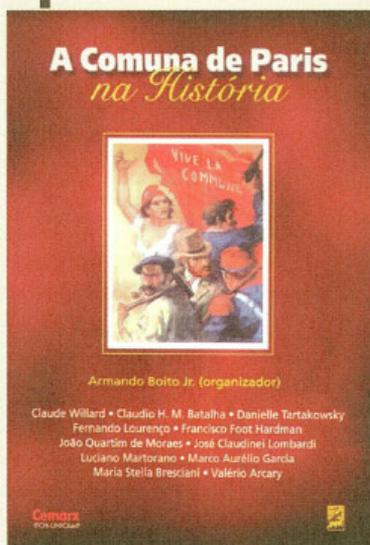
Trata-se, enfim, de um livro importante para o debate desses assuntos, apesar dos pecadilhos inerentes a temas controversos como esses.

Osvaldo Bertolino é integrante do conselho de redação da *Debate Sindical*

Um estudo da primeira revolução operária

Razões existiriam para que fosse publicada uma obra de divulgação da Comuna de Paris, afinal este relevante episódio da história completou 130 anos em 2001. Todavia, *A Comuna de Paris na História*, coletânea de doze textos, supera o que poderia ser apenas um livro comemorativo. O exame lúcido e crítico, resultado do trabalho de historiadores, filósofos e cientistas sociais – participantes do seminário internacional *130 Anos da Comuna de Paris*, organizado pelo Cemarx da Unicamp –, acaba revelando ao leitor que cada uma das experiências vividas e legadas pelos *communards* suscita polêmicas que devem ser estudadas e debatidas, e não apenas idealizadas.

Dividido em três capítulos, cada um dos quais composto por textos de autores diferentes, o livro, organizado por Armando Boito Jr., fornece ao leitor uma variedade de enfoques e de avaliações sobre a Comuna. No primeiro capítulo, os autores fazem um balanço da historiografia clássica e contemporânea sobre o tema. Qual a natureza da Comuna de Paris? Revolução de natureza operária; revolução urbana, motivada pela reforma urbanista de Paris; revolução socialista, por ter tendido à socialização do poder político (programa democrático, extinção da burocracia e do aparelho do Estado); ou levante popular e republicano? Que estado teria surgido nos 72 dias de vigência da Comuna? Para um dos autores, seria um estado socialista em formação, por ter buscado a liquidação do burocratismo, o controle da burocracia pelos trabalhadores e a destruição do



**A Comuna de Paris
na História.**
Armando Boito Jr. (org.),
Editora Xamã,
São Paulo, 2001

POR PATRÍCIA TRÓPIA

antigo aparelho estatal burguês. Todas as polêmicas questões acima vêm acompanhadas de argumentos, dados históricos e de análises críticas.

Sabemos da importância dos acontecimentos de 1871 para Marx e Engels e para a tradição do movimento operário internacional. Como avaliá-los? Num primeiro momento, poderíamos dizer que a experiência democrática dos *communards* nos conselhos e comitês, o ativo e avançado papel das mulheres e dos estrangeiros, o caráter democrático e popular das experiências culturais e educacionais têm sido as contribuições mais destacadas pela tradição. O segundo capítulo do livro expõe, com rigor, as visões dos principais dirigentes do movimento operário: a análise crítica, porém solidária, de Marx e Engels; o impacto na teoria

marxista da revolução; a visão de três combatentes – Lissagaray, Louise Michel e Benoît Malon –; a Comuna tomada como referencial para o movimento operário e para a esquerda.

Chamo a atenção do leitor para o último capítulo, voltado à análise das repercussões da Comuna no Brasil. Se, de um lado, ela teve um impacto decisivo sobre o movimento operário internacional, também suscitou um reacionarismo burguês no plano teórico e político. A derrota dos revolucionários fomentou teorias conservadoras e inaugurou uma política de extermínios em massa, mostra um dos autores. No Brasil, a Comuna serviria de pretexto e de argumento para discussões parlamentares durante o Império. Mas há, também, uma apropriação reformista e reações de simpatia à Comuna em solo brasileiro, cujos vestígios podem ser encontrados nos trabalhos do crítico José Veríssimo, do poeta Castro Alves e do escritor Euclydes da Cunha – autor de um poema dedicado a Louise Michel.

Os leitores – sejam historiadores, pesquisadores de outras áreas ou militantes interessados no estudo da primeira revolução operária – poderão ver que vários sentidos são atribuídos à Comuna. Um aspecto que sobressai da leitura da obra é a importante e necessária apropriação crítica da teoria e da historiografia sobre o tema. O resultado da reflexão contida em *A Comuna de Paris na História* é, este sim, uma homenagem à memória e à luta dos trabalhadores.

Patrícia Vieira Trópia é professora da PUC/Campinas e integrante do conselho editorial da revista *Crítica Marxista*

Dilemas do sindicalismo de classe média

Neste livro, a autora analisa o movimento docente nas universidades públicas paulistas. O objetivo central é demonstrar que o sindicalismo docente das universidades públicas é um sindicalismo de classe média e, portanto, diferencia-se do sindicalismo operário. Assim, a autora trás uma importante contribuição para o debate sobre o pertencimento de classe dos assalariados não produtivos e não-manuais. Pertenceriam estes à classe operária ou seus interesses fundamentais poderiam se fundir com os desta classe, constituindo-os num bloco homogêneo anticapitalista? A autora afirma que não. A simples condição de assalariados não é suficiente para fundir o conjunto das classes trabalhadoras em uma única classe.

Segundo ela, no nível das formações sociais concretas, as classes sociais devem ser definidas também pela localização dos grupos de indivíduos na estrutura ocupacional e pela forma que o trabalho é realizado: trabalho manual e não manual, função de mando ou de execução, etc. Estas diferenciações produzem verdadeiras barreiras ideológicas que impossibilitam a fusão do conjunto dos assalariados.

A localização na estrutura ocupacional dos assalariados de classe média produz uma ideologia particular, que tem como uma de suas principais características a percepção de que as diferenças entre grupos de indivíduos são naturais, constituídas por uma hierarquia que se fundamenta numa "escala de dons e méritos". Isto levaria a uma recusa à igualização entre trabalhadores manuais e não-manuais. Os trabalhadores de



O movimento docente na universidade pública.
Márcia Fantinatti.
Editora Alínea,
São Paulo, 2001

POR AUGUSTO BUONICORE

classe média estariam assim presos nas teias de uma ideologia meritocrática, que determinaria os limites das suas reivindicações, de suas formas de organização e de luta.

A ideologia meritocrática, na sua vertente sindical, produz alguns efeitos, como "a defesa das desigualdades salariais em função de suposta hierarquia de méritos das profissões". Ela reforça uma visão hierarquizada da sociedade, segundo a qual "o trabalho intelectual deve ser naturalmente mais bem remunerado que o trabalho manual".

Portanto, a própria divisão capitalista do trabalho é tida como natural, devendo ser conservada. A concepção corporativo-profissional recusa a idéia da constituição de sindicatos representativos do conjunto dos trabalhadores da educação, que incluíssem os funcionários. Isto

não significa que não possam se estabelecer alianças do conjunto dos assalariados contra determinadas políticas governamentais.

A autora analisa, também, a crítica conservadora ao movimento docente. Esta crítica afirma que "o poder decisório deveria estar concentrado na elite universitária, não podendo tornar-se susceptível às pressões coletivas". Para esta visão, este poder "deveria ser hierarquizado segundo o mérito acadêmico". Como afirma José Gianotti, conhecido por suas posições em defesa do reinado tucano de FHC, "na universidade quem sabe mais deve mandar mais(...). Não existe poder acadêmico sem hierarquia de méritos".

Para os conservadores, o movimento sindical docente é apontado "como arma dos incompetentes, que precisam compensar sua falta de méritos individuais promovendo o mérito da profissão". Por isso, eles se colocam contrários a todas as medidas de democratização das universidades públicas. Esta seria a expressão mais extremada da ideologia meritocrática, que levaria a uma postura abertamente anti-sindical. Portanto esta ideologia, típica dos assalariados de classe média, conduz, de um lado, ao sindicalismo profissional-corporativo, antiigualitário; e, de outro, ao conservadorismo antidemocrático e anti-sindical. Estas, segundo a autora, seriam as duas faces de uma mesma moeda.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

FILMES

MANOEL RANGEL

Para recuperar os sentidos

Os dias que correm parecem ser o prenúncio da barbárie. Ao lado de uma ordem econômica que elimina empregos e condições básicas de sobrevivência, e de uma ordem política que impede o dissenso a golpes de mísseis, impõe-se uma nova ordem cultural, na qual morrem os valores da solidariedade, fraternidade e tolerância.

Talvez nunca tenha sido tão palpável o prolongamento destas esferas sobre o comportamento dos homens. E pior, desde que a revolução francesa fundiu estas esferas em uma só e a revolução russa pôs em primeiro plano o sonho do homem novo, nunca estivemos tão desarmados para lutar nesse outro terreno.

Por onde recomençar? Talvez descobrindo por que meios se difunde tão rapidamente o código neoliberal de conduta. Ou ainda expondo o retrato miserável dos nossos tempos. Não seria demais dizer que o discurso humanista, impotente para a ruptura, recupera sua força hoje ao preparar os homens para voltar a ver e ouvir, e assim agirem sobre a sua condição.

As artes têm aí um lugar decisivo. O cinema em especial, com o alcance e o impacto das suas imagens. Robert Guédiguian e Nanni Moretti são cineastas que, cada um a seu modo, mantêm este compromisso. Seus filmes inquiram os tempos que correm e sinalizam um código de conduta capaz de reabrir caminhos ao coração e à mente dos homens.

A CIDADE ESTÁ TRANQUILA
(R. GUÉDIGUIAN, FRANÇA, 2001)

Sob a aparente tranqüilidade do título do filme e das belas ruas de Marselha, os franceses se movem e a cidade convulsiona em mal-estar. Descreve-se a cidade e a rotina dos seus personagens, sem apelações e sem grandes sobressaltos. Seus personagens são a gente simples e trabalhadora da cidade e os seus dramas: o desemprego, a solidão, o racismo, a difícil luta pela sobrevivência. Em segundo plano o arrivismo de uma certa esquerda que se acovardou e aburguesou-se, transmutada em seu antípoda. Não, nada está tranqüilo, mas é desta percepção amarga que brota a consciência da barbárie.

O QUARTO DO FILHO
(NANNI MORETTI, ITALIA, 2000)

Moretti já filmou o ambiente da dissolução do PCI em *Palombella Rosa* e em *La Cosa*. Recentemente, discursou cobrando da esquerda a sua incompetência em contrapor-se ao neofascismo de Berlusconi. Mas em *O Quarto do Filho* sua atenção volta-se para uma família de classe média e o impacto da perda de um dos seus. O cotidiano banal da família e do psicanalista, quase um autômato diante dos seus pacientes, é posto em cheque pela inesperada morte. No filme, a família está alheia a convulsão do mundo, mas esta nos chega pela coleção de neuroses dos pacientes do psicanalista.

Manoel Rangel é cineasta e editor da revista de cinema *Síntese*. Correio eletrônico: rangnetto@usp.br

GIOVANNI ALVES

SINDICATO DOS QUÍMICOS DO ABC
www.quimicosabc.org.br

É um dos mais interessantes sites de sindicato no Brasil, com um *design* atraente e bastante intuitivo, disponibilizando uma série de informações sobre o sindicato e a categoria dos químicos do ABC. Possui “últimas notícias”, sempre atualizadas, e um item “publicações”, com artigos de interesse. Permite acesso ao jornal e revista do *Sindiquim*, além de possuir um Canal Direto. Apresenta um *Projeto Internet*, dando exemplos de como utilizar a nova mídia para se comunicar com o público.

CHINA LABOUR BULLETIN
<http://isso.china-labour.org.hk/iso>

ALL-CHINA FEDERATIONS OF TRADE UNIONS
<http://acftu.org.cn>

O site do *China Labour Bulletin*, criado em 1994, procura promover o sindicalismo independente e dar informações sobre as atividades sindicais na China. Apresenta a visão dos trabalhadores sobre uma série de assuntos, tais como trabalho infantil, corrupção e investimentos estrangeiros. Possui *design* atraente. Entretanto, não é atualizado com frequência. Por outro lado, o site da *All-China Federations of Trade Unions*, a central sindical oficial, é bastante simples, com *design* rudimentar, mas com informações e notícias atualizadas sobre a ACFTU. Além disso, nos tópicos especiais, traz informações sobre administração democrática, acordos coletivos, estrutura organizacional dos sindicatos, etc. Em inglês.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília. Correio eletrônico: giovanni.alvex@uol.com.br

DOM TOMAS BALDUINO

Não existe latifúndio sem ações violentas

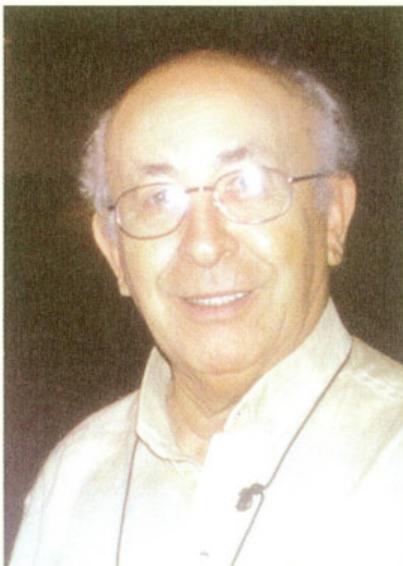
Há longo tempo se ouve falar em violência do latifúndio. A CPT, desde 1985, registra a cada ano os conflitos no campo com a truculência que os acompanha. Esta vai desde a ameaça de expulsão até os assassinatos. Como se explica a violência do latifúndio?

Podemos dizer, com segurança, que latifúndio e violência são ligados nas entranhas. São duas faces da mesma moeda. Não existe latifúndio sem violência. Esta faz parte da estrutura do latifúndio.

Em primeiro lugar, a própria existência do latifúndio é geradora de todas as ações violentas que o acompanham. Ele concentra a terra e determina com isto a exclusão de milhões de pessoas do acesso à propriedade. Como justificar que 2,8% dos 3.114.898 imóveis existentes no país ocupem 56,7% de toda área disponível, enquanto mais de 4 milhões de famílias buscam uma terra para dela sobreviver?

VARIADAS FORMAS

Como decorrência desta violência estrutural surgem as demais formas de violência: 1) O latifúndio necessariamente pressupõe a exploração da mão-de-obra. A história do Brasil é rica em provas disto. Primeiro foi a tentativa de lançar no cativeiro os



A concentração da terra gera todos os atos truculentos dos latifundiários

índios. Em seguida, a escravidão negra. Acabada a escravidão, o latifúndio permaneceu intocado e se desenvolveram outras formas de exploração, inclusive de trabalho escravo;

2) Para preservar seu domínio, o latifúndio usa todos os meios a seu alcance. Qualquer pessoa ou grupo que se atreva a contestá-lo, sofre retaliações. Desde a violência psicológica, com diferentes formas de ameaça, passando pela violência contra seus bens (queima de roçados e de casas), até a violência física – prisão, espancamento e, ato extremo, assassinato. Para isso, o latifúndio dispõe dos serviços de pistoleiros, das chamadas milícias privadas ou firmas de segurança.

APARATO INSTITUCIONAL

Ele usa também da violência

institucional. Controlando boa parte do poder econômico, ele domina ainda parte significativa do poder político. O Legislativo aprova as leis que o protegem. Prova disso aconteceu na Constituinte, em 1988, quando a chamada bancada ruralista conseguiu introduzir na Constituição um dispositivo que praticamente barrou qualquer tentativa de reforma agrária.

Já o Judiciário sempre foi usado contra os que se contrapõem à propriedade absoluta do latifúndio. No final da década de 80 e nos anos 90, o latifúndio colocou nas mãos do Judiciário o que ele mesmo fazia antes. Daí o crescimento assustador dos despejos judiciais, executados com violência inusitada pela polícia. Já os crimes cometidos pelo latifúndio sempre ficam impunes.

Por último, a violência contra os trabalhadores parte do próprio Executivo, que assim se mostra um aliado importante do latifúndio. São portarias, decretos e medidas provisórias que impedem que os movimentos sociais organizados do campo usem seu direito legítimo de pressão. Nesta direção vão as recentes medidas provisórias do governo FHC que proíbem a vistoria, por dois anos, de áreas ocupadas, e o assentamento de pessoas que tenham participado de ocupações de prédios públicos.

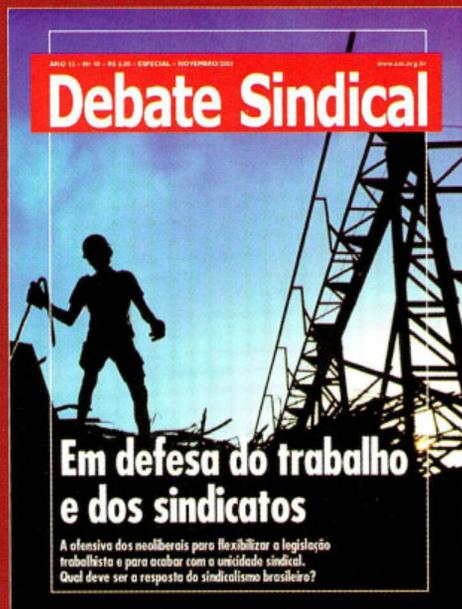
Conclusão: enquanto o latifúndio perdurar, vão perdurar as diferentes formas de violência, que são parte constitutiva de sua estrutura.

Dom Tomas Balduino é presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

ASSINE HOJE MESMO

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Administração sindical em tempos de crise"



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, no valor de R\$ 30,00

Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante)

Cartão

Credicard Visa

Número

Validade

SÓ GERA NOTÍCIA QUEM É POPULAR OU IMPORTANTE.

Por ser popular, a Prefeitura de Olinda tem espaço para ser notícia.
Por ser importante, o cidadão é o nosso destaque.
Em Olinda, o povo pediu e a Prefeitura atendeu.

Saúde

- Ampliou o Programa Saúde na Família com 10 novas equipes médicas.
- Está prestando atendimento domiciliar a 43 mil famílias em todo o município.
- Diminuiu a incidência de doenças epidemiológicas.

Infra-Estrutura

- Criou o Conselho de Defesa Civil.
 - Desocupou áreas de risco.
- Construiu escadarias e muros de arimo nos morros da cidade, o que resultou em um inverno sem vítimas.
- Foi o primeiro município brasileiro a colocar em prática o Estatuto da Cidade.

Limpeza

- Desobstruiu e limpou diversos canais nas áreas mais necessitadas da cidade.

Orçamento Participativo

- Realizou 10 assembléias.
- Elegeu 230 delegados.
- Promoveu a representação de 40 comunidades.

Calçamento

- Instalou a operação tapa-buraco.
- Recuperou ruas e avenidas na cidade.
- Investiu 900 mil reais nesta operação.
- Abriu 75 frentes de trabalho.

Ser popular é saber ouvir e atender. Por isso a Prefeitura de Olinda não é popular apenas no nome. É, principalmente, nas suas ações.

